



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS DE CHAPECÓ

CURSO DE HISTÓRIA

RENAN PAGNONCELLI

INTERVENÇÃO BRASILEIRA

**OS MOTIVOS DO ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA QUESTÃO NUCLEAR
IRANIANA (2003-2010)**

CHAPECÓ

2017

RENAN PAGNONCELLI

INTERVENÇÃO BRASILEIRA

**OS MOTIVOS DO ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA QUESTÃO NUCLEAR
IRANIANA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Pagnoncelli, Renan

Intervenção Brasileira: os motivos do envolvimento brasileiro na questão nuclear iraniana (2003-2010)/ Renan Pagnoncelli. -- 2017.

78 f.

Orientadora: Samira Peruchi Moretto. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História, Chapecó, SC, 2017.

1. Política internacional. 2. Diplomacia brasileira. 3. Programa nuclear. 4. Brasil. 5. Irã. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às vinte e uma horas nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFES), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelos professores: **Samira Peruchi Moretto (Orientadora)**, **Anderson Marcelo Schmitt (UFES)** e **Antônio Miranda (UFES)**. O Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História elaborado pelo acadêmico **Renan Pagnoncelli** sob o título: *Intervenção Brasileira: os motivos do envolvimento brasileiro na questão nuclear iraniana (2003-2010)* obteve a média final 9,5 sendo considerado aprovado.

Chapecó - SC, 05 de julho de 2017.

Samira Peruchi Moretto - Orientadora

Anderson Marcelo Schmitt - Avaliador 1

Antônio Miranda - Avaliador 2

Este trabalho é dedicado às pessoas que me ajudaram nesta jornada. Vocês sabem que são.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais por terem possibilitado os meus estudos, me dando todo o suporte necessário para que este trabalho e este curso fossem concluídos. Também devo agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul por ter tornado o sonho da graduação uma realidade. Não menos importante é o agradecimento que faço aos amigos e as pessoas que fizeram parte desta caminhada, vocês sempre farão parte deste período ímpar da minha vida. E por último mas não menos importante, devo agradecer à Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto, por ter aceitado o desafio de orientar um trabalho tão distinto daquilo que estuda. À tudo e todos, meu muito obrigado.

[Lula] Nunca me esquecerei da lição insuperável de Ghandi: 'A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente'. O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança. [...] A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome. (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 127-128)

RESUMO

O trabalho se propõe a identificar qual era o relacionamento brasileiro com o Oriente Médio e principalmente com a República Islâmica do Irã, de forma a possibilitar a compreensão das relações que o Brasil manteve com este país durante a governança de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). São procurados os motivos que fizeram o governo brasileiro se aproximar do governo iraniano, com vista ao entendimento do suporte brasileiro dado ao programa nuclear deste parceiro não tradicional, cujas intenções eram questionadas por países ocidentais historicamente próximos ao Brasil. Este trabalho tem como objetivo mostrar o comportamento diplomático brasileiro, a opinião do governo Lula sobre assuntos de segurança internacional e o que o Brasil ganhou se aproximando do Irã. É utilizada a teoria de Immanuel Wallerstein, dos Sistemas-Mundo, para compreender qual era a conduta utilizada pelo governo brasileiro no âmbito internacional. As fontes utilizadas consistem em discursos de autoridades brasileiras sobre o Oriente Médio, a tecnologia nuclear e a relação com o Irã. Como resultado, a pesquisa constatou que o Brasil se aproximou do Irã principalmente por motivos políticos.

Palavras-chave: Política internacional. Diplomacia brasileira. Programa nuclear. Brasil. Irã.

ABSTRACT

This work wants to identify which was the Brazilian relationship with the Middle East and principally with the Islamic Republic of Iran, making possible the comprehension of the relations Brazil kept with this country during the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Are searched the reasons that make the Brazilian government get closer with the Iranian government, trying to understand the support given by the Brazilian government to the nuclear program of this non-traditional partner, which intentions were questioned by occidental countries historically closer to Brazil. This work has as objective show the Brazilian diplomatic behavior, the opinion of the Lula government about subjects of international security and what Brazil won getting closer to Iran. Is used the Immanuel Wallerstein theory, of the World-Systems, to comprehend which was the conduct used by the Brazilian government in the international ambit. The sources used consist in speeches of Brazilian authorities about the Middle East, the nuclear technology and the relation with Iran. As a result, the research verified that Brazil got closer to Iran principally for political reasons.

Keywords: International political. Brazilian diplomacy. Nuclear program. Brazil. Iran.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação brasileira para a República Islâmica do Irã, 2003 a 2010.....	46
Tabela 2 – Exportação brasileira para a Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã, 2003 a 2010.....	50
Tabela 3 – Exportação brasileira para o Estado de Israel, 2003 a 2010.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-1 – Ato Institucional nº 1

EUA – Estados Unidos da América

JK – Juscelino Kubitschek

Lula – Luiz Inácio Lula da Silva

LISTA DE SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
CBTN	Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear
CEA	Comissão de Energia Atômica
CEFME	Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNP	Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
IPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
LEU	Low Enriched Uranium (Urânio Pouco Enriquecido, tradução nossa)
MW	Megawatt
Nuclebrás	Empresas Nucleares Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
PWR	Pressurized Water Reactor (Reator de Água Pressurizada, tradução nossa)
RJ	Rio de Janeiro
SCCC	Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
TNP	Tratado de Não Proliferação das Nações Unidas
UNAEC	United Nations Energy Commission (Comissão das Nações Unidas para a Energia Atômica, tradução nossa)
UNIMOVIC	Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	HISTÓRIA DA ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL.....	17
3	RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO GOVERNO LULA.....	36
3.1	UM PANORAMA GERAL.....	36
3.2	RELAÇÃO BRASIL – IRÃ.....	43
3.3	RELAÇÃO BRASIL – ARÁBIA SAUDITA.....	48
3.4	RELAÇÃO BRASIL – ISRAEL.....	52
4	O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO E O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO..	56
4.1	BRASIL E IRÃ – 2009.....	56
4.1.1	O COMBUSTÍVEL PARA O REATOR DE PESQUISA.....	61
4.2	BRASIL E IRÃ – 2010.....	63
4.3	POBREZA E VIOLÊNCIA.....	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	76
	ANEXOS.....	79

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar, a partir de uma perspectiva histórica, os motivos que estimularam o governo brasileiro a intervir na questão nuclear iraniana em 2010, que estava relacionada à necessidade iraniana de obter combustível para o seu reator de pesquisa.

O recorte histórico do trabalho compreende principalmente o período do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que de 2003 a 2010 foi o chefe de Estado brasileiro. Porém, para entender os tramites deste período, será necessário também, abordar a história da energia nuclear no país, que remonta ao início da própria tecnologia nuclear no mundo, a partir da década de 1940 até o início do mandato de Lula em 2003.

A temática escolhida trabalha com o comportamento da diplomacia brasileira dentro do recorte temporal 2003-2010, analisando de que forma o Brasil agiu no ambiente internacional quando se tratava do relacionamento brasileiro com os países do Oriente Médio, quanto ao posicionamento brasileiro em relação à temática nuclear e sobre a relação que existiu com o Irã dentro do recorte temporal. O Irã tem um relacionamento muito complicado com os seus vizinhos, o que torna a dinâmica desta região muito complexa. A diplomacia trata da relação entre países, e entendendo como um país se relaciona com os outros é possível que se entenda melhor quais são as intenções de cada Estado.

O Irã é um país do Oriente Médio, muçulmano da vertente xiita, não árabe, que fala Persa. Portanto, é diferente dos vizinhos árabes e de maioria sunita que possui, o que acaba intensificando o atrito político na região. Principalmente a Arábia Saudita, também potência regional, disputa a influência na região com o Irã, alimentando o conflito sectário entre muçulmanos xiitas (Irã) e sunitas (Arábia Saudita), que acirra a disputa por influência na região. Israel, por questões religiosas também, mantém relações tensas com o país persa, assim como com todos os seus vizinhos.

Como é possível observar nessa descrição, existem vários lados no Oriente Médio, tornando o relacionamento com a região potencialmente complicado para países de fora. O relacionamento com um país específico poderia, em tese, afetar o relacionamento com um terceiro país. Entendendo a complexidade da situação, o trabalho se propõe a esclarecer qual era o relacionamento brasileiro com os principais países da região, no aspecto político e econômico, para que se possa entender a abordagem brasileira e possivelmente as suas intenções.

Teoricamente, o trabalho se utiliza da obra de Immanuel Wallerstein, *World-Systems Analysis: An Introduction*, para compreender como funciona a dinâmica das relações

internacionais no mundo, e onde o Brasil estava situado nesse sistema durante o governo de Lula. As posições defendidas pelo governo e a conduta internacional do país, o caracterizam dentro dos Sistemas-Mundo como entendido por Wallerstein, que descreve muito bem o comportamento da comunidade internacional, possibilitando a compreensão das atitudes brasileiras a partir de uma perspectiva teórica reconhecida mundialmente.

O trabalho está dividido em cinco partes, a introdução, três capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo se pretende mostrar de forma cronológica, os acontecimentos importantes que fizeram parte da história da energia nuclear no Brasil. Atualmente a mídia noticia fatos relacionados às armas nucleares e à energia nuclear, porém grande parte da população não possui uma noção muito acurada de como se dá a utilização de materiais físséis e as suas aplicações. O conhecimento sobre as operações nacionais relacionadas ao uso da tecnologia nuclear por parte da população em geral, não parece ser muito extenso, provavelmente se limitando ao conhecimento das usinas nucleares de Angra I e Angra II. Mas essas instalações são frutos de um processo que começou décadas atrás e que será apresentado no Capítulo 1.

Outra questão importante contida na apresentação da temática nuclear do primeiro capítulo, está relacionada ao entendimento do relacionamento que o governo brasileiro teve com a tecnologia nuclear. Através da história brasileira será possível fazer uma comparação entre a conduta tomada pelo governo Lula e os governos passados de diversas circunstâncias diferentes. Será possível identificar se o governo Lula teve um comportamento condizente com aquilo que historicamente acontecia, ou se ele inovou a relação do Estado brasileiro com a temática nuclear. Saber isso é importante para poder determinar mudanças de estratégia nas diretrizes do governo. Se elas aconteceram, isso pode levar a novas conclusões sobre um tema antigo e de grande importância para o Brasil no cenário internacional.

A cronologia apontada neste capítulo toma como fonte principal o trabalho de Fernanda de Moura Fernandes, que na sua tese de doutorado esmiúça a história nuclear brasileira. Este capítulo tem como objetivo principal introduzir a temática da energia nuclear a quem não está a par do programa nuclear brasileiro.

É a partir do segundo capítulo que se começa a abordar os fatos ocorridos dentro do recorte temporal principal do trabalho, que se limita ao período dos dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva. Desta forma, trata da teoria que guiara o trabalho e mais precisamente das diretrizes da diplomacia brasileira definidas pelo novo governo Lula.

Baseando-se nos discursos oficiais das autoridades brasileiras encarregadas das relações internacionais, o capítulo vai apresentando as principais características daquele período. Um bom exemplo de atitude intensificada pela nova administração foi o estreitamento das relações com os países em desenvolvimento. Essa característica da retórica brasileira é apresentada através das inúmeras vezes que a mesma temática é repetida nos discursos.

Após a contextualização da diplomacia do governo Lula como um todo, os três países mais relevantes politicamente para o Oriente Médio, tem a sua relação com o Brasil tratada com mais detalhes. Os países são o Irã, a Arábia Saudita e Israel. Em cada subtítulo referente a cada país, é exposta a relação que o Estado brasileiro teve economicamente e politicamente com cada um. Isso é importante para identificar qual era o tipo de relação que o Brasil manteve com países importantes do Oriente Médio, e especificamente qual era a relação que o Irã teve com o Brasil durante o governo Lula. A política e a economia são fundamentais para o desfecho deste trabalho, por isso são destacadas individualmente.

O terceiro capítulo trata especificamente da questão nuclear iraniana. Os últimos dois anos de mandato de Lula, 2009 e 2010, foram fundamentais para a resolução deste trabalho, porque é quando acontece a situação que leva o Brasil a interferir na questão iraniana. O que se tenta mostrar é o comportamento do Brasil, e como tudo o que aconteceu relativo ao Irã na política brasileira está inserido em um contexto maior que se pretende mostrar ao final deste trabalho.

Foi em 2009 que o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, veio ao Brasil e quando a questão secundária do programa nuclear iraniano surgiu como uma oportunidade de diálogo que não pode ser desperdiçada. O Brasil, pelos seus motivos, acaba se envolvendo nessa questão e também motivando a execução deste trabalho de pesquisa.

No ano de 2010, ano derradeiro de Lula na presidência, foi quando o Brasil agiu e tentou defender os seus interesses defendendo os interesses de outro. Os motivos da intervenção brasileira na questão iraniana foram distribuídos por toda a obra, até culminarem no último título deste texto.

Nas considerações finais são apresentadas as motivações brasileiras, agindo como uma espécie de resumo que precisa ser complementado pelo resto do trabalho, que não se faz presente nas considerações finais.

O trabalho está organizado desta forma, se dispondo a encerrar as principais dúvidas que venham a surgir a partir da problemática levantada pela pergunta inicial, quais foram os motivos da intervenção brasileira no programa nuclear iraniano.

2 HISTÓRIA DA ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL

Para que se possa compreender qual foi a história da energia nuclear no Brasil, é preciso entender parte do contexto internacional sobre esse assunto, que se deu logo após o término da Segunda Guerra Mundial, na segunda metade da década de 1940.

Desde as primeiras décadas do século XX, já eram conhecidas as substâncias radioativas, porém as possibilidades do seu uso ainda eram desconhecidas, o campo de estudo ainda era muito incipiente. Após o uso das bombas atômicas, na Segunda Guerra Mundial, em Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, o mundo descobriu uma nova força bélica e energética que mudaria as relações internacionais para sempre (FERNANDES, 2015, p. 13-16).

Esse período pode ser caracterizado como o início da regulamentação das matérias radioativas e do uso da energia nuclear no mundo. Os Estados Unidos da América por terem sido o primeiro Estado a produzir a bomba atômica, tomaram a dianteira da discussão da regulamentação dos minérios radioativos no mundo, já em 1946, junto com as outras potências mundiais da época. O Brasil como um país detentor de materiais físeis, já participou das primeiras reuniões para tratar da nova “legislação” mundial (FERNANDES, 2015, p. 96).

A Resolução nº 1 da Assembleia Geral da ONU, de janeiro de 1946, criou a *United Nations Atomic Energy Commission* (Unaec)¹, com a finalidade de “fazer recomendações ao Conselho de Segurança para adoção das medidas necessárias” (FERNANDES, 2015, p. 95) à regulamentação daquilo que era relativo à tecnologia nuclear (FERNANDES, 2015, p. 94-95).

Durante a década de 1930 e 1940, o Brasil concedeu o direito de extração de minerais atômicos à outro estado, Estados Unidos da América, e a diversos empresários nacionais, que mineravam e exportavam essas matérias para o exterior (FERNANDES, p. 108-109). Como já foi dito, ainda era o início da regulamentação sobre os minerais atômicos, tudo ainda estava se desenvolvendo e a possibilidade dos seus usos ainda estava sendo assimilada pelos Estados. Existia o entendimento de que possuir as reservas naturais e a tecnologia para utilizá-la seria importante para o futuro do país.

Seguindo essa ideia, em 1947 foi criada a “Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos” (CEFME), que teve como objetivo fiscalizar todo o processo de mapeamento, processamento e venda dos minérios para o exterior, por empresas privadas (FERNANDES, 2015, p. 107). O interesse pela energia atômica já era presente no governo,

¹ Comissão das Nações Unidas para a Energia Atômica (Unaec).

mas ainda existiam aperfeiçoamentos a serem feitos na legislação para que o Estado tivesse mais controle sobre o novo mercado.

Álvaro Alberto da Mota e Silva, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da ONU, em 1947, propôs no 2º Relatório desta comissão, demandas que incluíam principalmente a transferência de tecnologia nuclear para os países provedores de combustível, instando a “instalação, em território nacional, de reatores primários (pilhas de tório ou de urânio) para produzir os chamados ‘combustíveis nucleares’ urânio-233 e plutônio” (FERNANDES, 2015, p. 106). Essa proposição expressa bem qual era o pensamento de Álvaro Alberto para a política relacionada às matérias fisséis. O que pôde ser encontrado em outras ocasiões, demonstrando, na sua opinião, a necessidade de uma conduta mais nacionalista, que achava necessária para a defesa dos interesses nacionais brasileiros (FERNANDES, 2015, p. 107).

No que tange aos vizinhos latinos, as atividades do governo argentino em relação à energia nuclear preocuparam o governo brasileiro. Notícias desencontradas sobre um programa nuclear militar argentino pairavam no ar durante o governo de Juan D. Perón (1946-1955). Segundo Fernanda de Moura Fernandes;

A natureza militar do suposto programa atômico levantou suspeita na diplomacia brasileira quanto ao desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins de dissuasão, ao passo que, no Brasil, as discussões que levaram posteriormente à promulgação da Lei nº 1.310, de 1951, e ao regulamento do CNPq apontavam para a busca do progresso científico e tecnológico para o aproveitamento na energia nuclear com vistas ao desenvolvimento econômico, especialmente no que tangia à promoção de uma indústria nacional de produção de energia nuclear para fins civis ou pacíficos. (FERNANDES, 2015, p. 116).

A Lei nº 1.310 trazia de forma explícita qual devia ser a conduta do CNP:

“Art. 1º É criado o Conselho Nacional de Pesquisas, que terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento. [...] Art. 4º É proibida a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de govêrno para govêrno, ouvidos os órgãos competentes”². (BRASIL, LEI Nº 1.246, 1951).

À esse órgão, que posteriormente viria a ser chamado de CNPq, ficou a incumbência de fiscalizar, em todos os âmbitos, a produção de materiais atômicos em solo nacional:

Avançando em prol de uma política geral que balizasse a fiscalização pela Cefme das operações privadas na exploração dos recursos nacionais atômicos, pela

2 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1310.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

legislação, “ficava proibida a exportação, sob qualquer forma, de urânio, tório e seus compostos e minérios, salvo de governo para governo e ouvidos os órgãos competentes” (BRASIL, 1951, art. 4º), normatizando uma diretriz restritiva de exportação de minérios. As atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica ficariam sob o controle do Estado por intermédio do CNPq (e, quando necessário, do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA, ou outro órgão designado pela Presidência), e a legislação assegurava que a formulação de uma política geral de aproveitamento da energia atômica competiria privativamente ao presidente da República (BRASIL, 1951, art. 5º, § 1º). (FERNANDES, 2015, p. 113)

A partir dessa lei o Brasil concretizava a nacionalização das atividades vinculadas com a extração e a produção de combustível atômico, delegando ao Estado a responsabilidade sobre as matérias físseis.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), essa nacionalização já foi usada como barganha em tratativas com o governo dos Estados Unidos, que envolviam a possibilidade, pelo Brasil, da exportação de minérios estratégicos em troca de vantagens econômicas. O projeto desenvolvimentista de Vargas precisava do financiamento estadunidense para que a indústria atômica nacional da época pudesse se desenvolver, fazendo o processamento desses materiais nacionalmente (FERNANDES, 2015, p. 118-121).

Existia uma divisão clara dentro do Exército, entre os chamados nacionalistas e ‘entreguistas’, como eram chamados pelos nacionalistas. Os nacionalistas se alinhavam ao presidente Vargas, que defendia um estado mais forte, prezando pela autonomia nacional. Os entreguistas defendiam uma abertura maior ao mercado internacional e o alinhamento irrestrito do Brasil aos Estados Unidos (FAUSTO, 1995, 406-409). As tensões entre os dois grupos ajudam a entender a complexidade da política nacional e principalmente as condutas protecionistas defendidas por Vargas na questão nuclear nacional.

Desde aquela época o Brasil já vinha apresentando ações que não eram totalmente alinhadas com as prerrogativas estadunidenses, demonstrando que a política de alinhamento automático existente em um passado recente, não correspondia à política do período da Guerra Fria. No mundo bipolar o Brasil sempre esteve alinhado com os Estados Unidos, porém as prerrogativas nacionais já não se dobravam de forma fácil como outrora o fazia.

A alternativa encontrada pelo Brasil para diminuir a dependência da ajuda norte-americana, foi a diversificação de parceiros na área de energia nuclear. Durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), inicialmente o Brasil buscou a cooperação dos:

Estados Unidos, França, República Federal da Alemanha e Canadá, onde realizou contatos com institutos de pesquisa atômica e institutos físico-químicos com o intuito de obter auxílio, via colaboração internacional, para alavancar o programa de

aproveitamento da energia nuclear no que concernia à operação de reatores de potência e à produção de combustível nuclear. (FERNANDES, 2015, p. 134)

Os Estados Unidos haviam aprovado em 1946 a Lei McMahon, que consistia na imposição de barreira legal para dificultar o compartilhamento de tecnologia nuclear estadunidense com qualquer outro país. “As questões de energia nuclear ficavam submetidas a uma comissão formada por cinco civis escolhidos pelo presidente da República, mas sujeitos à aprovação do Senado. O sigilo absoluto da tecnologia nuclear foi instituído [...]” (RECKZIEGEL, 2011, p. 2). O potencial destrutivo da tecnologia nuclear foi desde o princípio inserido na balança das relações internacionais. Os Estados que possuíssem a bomba nuclear poderiam ser mais influentes no cenário internacional. Os Estados Unidos como potência, não apreciariam a disseminação de tal tecnologia, podendo criar “problemas” à sua hegemonia na época. Por conta disso o Brasil recorreu primeiramente à França para obter o conhecimento necessário para a produção de urânio metálico, necessário para o funcionamento de um reator de pesquisa. Nesse acordo o urânio brasileiro seria preparado na França, sendo que o processo seria acompanhado por cientistas brasileiros para que se familiarizassem com o processo (FERNANDES, 2015, p. 134-136).

Com a República Federal da Alemanha o Brasil efetuou a compra de três ultracentrífugas que teriam como finalidade o enriquecimento de urânio, para a produção de combustível para as futuras usinas brasileiras. Os Estados Unidos estavam acompanhando os passos tomados pelo Brasil no terreno nuclear de perto, “[...] as ultracentrífugas somente desembarcaram no Brasil em 1956, devido à interceptação do Alto Comissariado Americano, que impediu o embarque dos equipamentos para o Brasil” (FERNANDES, 2015, p. 138). Urânio enriquecido pode ser usado para a fabricação de bombas atômicas, o que justificaria a intervenção estadunidense, não fosse o fato de, até aquele momento, o Brasil ter um interesse completamente científico e desenvolvimentista em relação à tecnologia nuclear e os seus usos, que, por exemplo, podiam ser aplicados na medicina. “Álvaro Alberto almejava o domínio da tecnologia do ciclo do urânio para a produção de combustíveis de maneira autônoma. A colaboração internacional deveria conduzir à obtenção de independência, não à reprodução de relações de dependência tecnológica” (FERNANDES, 2015, p. 137). O Brasil queria garantir a sua independência e a continuidade do seu programa de energia nuclear sem que isso fosse afetado pelo humor de outras nações. Era fundamental dominar a tecnologia para o a segurança energética da nação.

Em 1954 em decorrência do suicídio de Getúlio Vargas, o vice-presidente João Café Filho foi levado ao poder. Na época existia muita pressão por parte dos setores liberais do país

para que o Brasil abrisse alguns setores estratégicos ao capital exterior, a pressão também vinha de fora do país. “O governo Café Filho outorgou aos Estados Unidos o status de parceiro preferencial nos acordos que visassem o programa atômico, [...]” (RECKZIEGEL, 2011, p. 6). Filho sabia que os Estados Unidos não iriam cumprir as normas de transmissão de tecnologia ao Brasil, porém prosseguiu mesmo assim. Álvaro Alberto foi exonerado do cargo de presidente do CNPq em 1955 (RECKZIEGEL, 2011, p. 6), mas antes de sair, propôs a criação da Comissão de Energia Atômica (CEA-CNPq) que seria “destinada a promover ações para avançar o conhecimento científico sobre o aproveitamento da energia atômica de modo permanente” (FERNANDES, 2015, p. 142). A comissão foi criada e o objetivo de continuar a pesquisa da área nuclear foi garantido (FERNANDES, 2015, p. 140-143).

O presidente João Café Filho foi substituído pelo presidente eleito em 1955, Juscelino Kubistchek (1956-1960). Um passo importante instituído por JK foi a inserção da energia nuclear no plano de desenvolvimento econômico, a partir de então ela estava oficialmente dentro das prerrogativas e dos planos do governo.

Para Batista (2000, p. 29), JK deu ‘os primeiros passos concretos, ainda que tímidos’, em direção ao aproveitamento da energia nuclear. Concretos, no sentido de integrar o planejamento governamental e de estabelecer as diretrizes gerais governamentais para o uso da energia nuclear, uma vez que, em termos legais, as únicas orientações a respeito do assunto estavam atreladas à lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), de 1951. (FERNANDES, 2015, p. 155)

Para Fernandes (2015, p.156) entre 1945 e 1955, não se tinha um entendimento sobre qual era o papel da exportação de minérios atômicos para o “desenvolvimento científico e tecnológico nuclear”. Existiam muitos interesses envolvidos na sociedade brasileira da época sobre o assunto. Alguns setores desejavam a venda de minérios aos Estados Unidos sem a compensação tecnológica, porque davam primazia ao bom relacionamento com este país, visando futuras relações econômicas. Outros setores viam na compensação uma chance de o Brasil diminuir o seu atraso tecnológico em relação aos países desenvolvidos, através da obtenção de tecnologia nuclear, visando um desenvolvimento econômico mais autônomo, diminuindo as dependências estrangeiras na área tecnológica.

O presidente Juscelino Kubistchek³ já no primeiro semestre de mandato “nomeou a Comissão Especial Interministerial para o Estudo da Energia Atômica no Brasil, responsável pela definição das diretrizes governamentais para a aplicação da energia nuclear” (FERNANDES, 2015, p. 156). Esta comissão era composta por diversos membros de diversas

³ A abreviação JK será usada a partir de agora para se referir ao nome do presidente Juscelino Kubistchek.

áreas do governo. “Como resultado dos trabalhos da comissão, em agosto de 1956, o presidente Juscelino, após apreciação e aprovação do CSN, anunciou as diretrizes governamentais para a política nacional de energia nuclear, que versavam sobre 18 pontos” (FERNANDES, 2015, p. 158).

Alguns desses pontos foram: formação de recursos humanos; apoio à indústria nacional na área nuclear; controle estatal sobre a comercialização das matérias físseis e férteis; suspensão da exportação dos minérios atômicos; cumprimento do acordo atômico de 1954.

No geral os pontos podem ser compreendidos como tendo um viés mais nacionalista, visando proteger e desenvolver o setor de energia nuclear brasileiro. Porém alguns pontos se contradizem, dando pistas sobre o conflito de interesses existente no governo. Ao mesmo tempo que havia sido definida a suspensão da exportação de minério, também se falava em cumprir o acordo firmado com os Estados Unidos em 1954 para a venda de minérios atômicos. O nacionalismo acabava se confundindo e entrando em conflito com a necessidade de alinhamento com os Estados Unidos.

Foi durante o governo de JK que o Brasil construiu e inaugurou o primeiro reator de pesquisa do Brasil e da América Latina. Fruto de um acordo assinado em 1955, pelo presidente Café Filho, com os Estados Unidos, sobre o abastecimento de um reator movido a urânio, sendo o combustível transferido, limitado a no máximo seis quilogramas de urânio enriquecido.

A eleição de Juscelino Kubitschek deu ensejo a uma nova movimentação no que tange à política externa, iniciando-se polêmica interna que questionava os privilégios dos Estados Unidos em relação à questões de segurança nacional. O momento foi de tal gravidade que em 1956 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar questões ligadas à política externa brasileira. [...] Nesse momento um fato novo surgiu e a CPI começou questionando o fato de se ter permitido que os EUA instalassem uma base para foguetes em Fernando de Noronha, sem que o Congresso Nacional tivesse sido consultado, simplesmente invocando um “ajuste” do Acordo de 1952. (RECKZIEGEL, 2011, p. 7).

Reckziegel fala que essa atitude estadunidense motivou grande debate entre os deputados. Parte deles via com muita desconfiança as atitudes tomadas pelo país em relação à América Latina, temendo um cerceamento norte-americano cada vez maior nas atividades ligadas à defesa nacional e à recém criada indústria do petróleo nacional. Também existiam vozes entre os deputados que eram compreensivas com as atitudes estadunidenses, por estarem defendendo o hemisfério da ameaça comunista (RECKZIEGEL, 2011, p. 7-9). O que

fica claro com a CPI é a divisão de interpretações, entre os deputados, sobre a influência norte-americana nas questões nacionais brasileiras. O discurso de que os Estados Unidos estavam tendo esse tipo de atitude para influir em questões internas, como na questão petrolífera, era forte, mas também recebia críticas de autoridades mais complacentes com as atitudes dos Estados Unidos. A divisão de interpretações revela que desde o início da trajetória da energia nuclear no Brasil, o nacionalismo sempre foi um componente forte na defesa dos interesses nacionais.

Em 1956 “foi criado o Instituto de Energia Atômica (IEA) da Universidade de São Paulo (USP)” (FERNANDES, 2015, p. 165), que junto com o CNPq, viabilizaria a construção do primeiro reator de pesquisa do país. O IEA era vinculado à USP, que foi incumbida, junto com o CNPq, de ser a responsável por cuidar de todo o processo de instalação do novo reator de pesquisa, fruto de um acordo firmado com os EUA. O reator serviria, de forma ampla, para dar experiência para os profissionais brasileiros em várias áreas da tecnologia atômica, que até então só poderia ser adquirida no exterior.

Após escolhida a empresa, Babcock & Wilcox (estadunidense) através de licitação, em 1957 “o primeiro reator da América Latina IEA-R1 foi instalado no IEA” (FERNANDES, 2015, p. 167). Existiram críticas por parte de cientistas e membros do governo, ao fato de que não existia transferência de conhecimento para o Brasil, o reator foi vendido pronto e teve o seu reabastecimento viabilizado através de acordo entre o governo brasileiro e o norte-americano que garantia a exclusividade do abastecimento para os estadunidenses (FERNANDES, 2015, p. 165-167). Reforçando a ideia da necessidade de desenvolver a autonomia nacional, defendida por pessoas relacionadas ao governo e à ciência.

Outro órgão relevante que surgiu durante o governo JK foi a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) “diretamente subordinada à Presidência da República e encarregada de propor as medidas necessárias à orientação da política nuclear nacional “em todas as suas fases e aspectos”, bem como executar a política nuclear aprovada pelo presidente da República” (FERNANDES, 2015, p. 167). A comissão foi criada para centralizar as decisões relativas à política nuclear do governo, evitando as discrepâncias existentes entre os diferentes órgãos governamentais sobre a forma como o programa nuclear brasileiro deveria ser gerido. Dessa forma o CNPq, após o princípio tímido do CNEN, acabou sendo exonerado da função de principal órgão responsável pela política de energia nuclear brasileira (FERNANDES, 2015, p. 167-171).

No final da gestão de JK, com a criação do Ministério de Minas e Energia, em 22 de julho de 1960, a CNEN passou à jurisdição desse órgão, dado o peso atribuído à energia nuclear como fonte promissora de geração de energia elétrica para o país (ANDRADE, 2006) e cujos benefícios justificavam os investimentos em nome do desenvolvimento econômico. (FERNANDES, 2015, p. 168)

Ainda no governo JK houve outras tentativas de se expandir o número de reatores nucleares no país. A primeira partiu de uma negociação feita enquanto era realizada a II Conferência Internacional sobre o Uso Pacífico da Energia Nuclear em 1958 (FERNANDES, 2015, p. 167-171).

Ao longo da conferência, concluíram-se as negociações para a compra de um segundo reator para o Brasil, destinado à pesquisa do tipo Triga – Training Research Isotope General Atomic – Mark 1, de pequeno porte, para operar com urânio enriquecido, em nome do governo estadual de Minas Gerais, a ser instalado no Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) da Universidade Federal de Minas Gerais (ANDRADE, 2006). (FERNANDES, 2015, p. 170)

A segunda foi uma iniciativa de Otacílio Cunha, militar designado para a direção do CNEN pelo presidente. Ele propôs o “Projeto Mambucaba, com vistas à construção da primeira central nucleoeleétrica (com potência de 100 mW)” (FERNANDES, 2015, p. 168). Mambucaba fica localizada na região de Angra dos Reis, onde atualmente ficam localizadas as duas usinas nucleares brasileiras. Este projeto acabou não se concretizando.

Anos depois, houve a suspensão do Projeto Mambucaba para a geração de energia nuclear, e os recursos foram destinados para a produção de radioisótopos no IEA e na prospecção mineral. Biasi (1979, p. 51) argumenta que ‘as condições pouco favoráveis do local, acrescidas de diversos problemas ligados à conjuntura econômica do país, na época, fizeram com que o Projeto Mambucaba fosse abandonado’. (FERNANDES, 2015, p. 169)

Durante o governo de Jânio Quadros (1961-1961), as diretrizes da política nacional não se alteraram muitas daquelas encontradas no governo de JK. Novas decisões foram tomadas pelo governo do então vice-presidente João Goulart (1961-1964), que ascendeu ao cargo de Presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros (FERNANDES, 2015, p. 198).

No âmbito nuclear, “Em agosto de 1962, houve a promulgação da Lei nº 4.118 que estabeleceu a Política Nuclear Nacional e especificou as atividades da CNEN” (FERNANDES, 2015, p. 199).

[...] a nova lei manteve o controle ou monopólio estatal sobre pesquisa, lavra e comércio dos minérios atômicos, materiais férteis e físséis, bem como a produção de materiais nucleares e suas industrializações (BRASIL, 1962, art. 1º), definindo as

categorias que se enquadravam nesse entendimento. (FERNANDES, 2015, p. 199-200)

A partir da nova lei a CNEN ganhava mais liberdade e mais responsabilidades, devendo trabalhar para expandir todas as áreas relativas à energia nuclear, da expansão do número de usinas e prospecção de jazidas até o incentivo à formação de profissionais e pesquisadores da área de energia nuclear, esta que ainda era responsabilidade do CNPq. “Além disso, a legislação de 1962 converteu a CNEN em autarquia federal, desvinculando-a do Ministério de Minas e Energia e dando-lhe autonomia administrativa nas atividades listadas acima” (FERNANDES, 2015, p. 200). De forma resumida, o governo de João Goulart manteve e expandiu o monopólio da União sobre os materiais nucleares e o seu uso em território nacional, além de aumentar o incentivo ao desenvolvimento da pesquisa na área atômica (FERNANDES, 2015, p. 198-200).

No ano de 1964 o presidente João Goulart foi afastado do poder, se exilando no Uruguai. Os militares deram um golpe militar em 31 de março de 1964, instituindo Humberto de Alencar Castello Branco como o novo presidente da república. Em 9 de abril de 1964 instituíram o AI-1, que era um mecanismo legal que dava poderes de repressão aos militares, para que pudesse expurgar do governo aqueles que eram considerados não alinhados ao novo regime. A instituição do AI-1 pode ser considerada um marco político para o país, a partir dele todas as ações tomadas pelo Estado brasileiro seriam as ações tomadas pelos militares. Todos os âmbitos estavam subordinados às intenções dos militares, o que incluía o programa nuclear nacional (FAUSTO, 1995, 465-468).

O país naquele momento estava passando por uma crise econômica muito forte, o que fez com que Castello Branco mudasse as diretrizes nacionais.

[...] aceitava-se os Estados Unidos como líder, enquanto os interesses não colidissem. Isto significa que se concordava com a influência norte-americana fora da esfera de atuação brasileira. O que implicava dizer que os Estados Unidos poderiam tomar qualquer medida, desde que não estivessem em jogo os interesses brasileiros. [...] Sob esta perspectiva, o apoio dado pelo país à política externa norte-americana circunscrevia-se mais à defesa de seus interesses, e quando coincidiam com os dos Estados Unidos, as mesmas posições seriam assumidas, dentro, sempre de uma visão estratégica defensiva (MIYAMOTO; WILLIANS, 2000, p.187 apud SOUZA; CARMO, 2008 - grifo nosso).

Fato importante para esta nova fase do país, era o estreitamento de relação com os Estados Unidos, com vistas a receber benefícios nas áreas nevrálgicas para o governo, principalmente no setor econômico. Também buscariam uma maior aproximação com os países da Europa Ocidental, em razão da Guerra Fria e da divisão em que o mundo estava

submetido. O Brasil, obviamente, sendo aliado dos Estados Unidos fazia parte do Bloco Capitalista.. A interdependência fazia parte de um cálculo político por parte de quem estava no poder àquela época (FERNANDES, 2015, p. 214-218).

Durante o governo de Castello Branco a energia nuclear acabou perdendo espaço nos planos nacionais devido à crise econômica que o país estava passando.

A preocupação com o desenvolvimento econômico do país, com base em um programa liberalizante e no ajuste nas contas do balanço de pagamentos, não atribuiu à energia nuclear papel preponderante no programa do governo para o setor de energia elétrica, ao contrário dos governos anteriores. (FERNANDES, 2015, p. 218)

Por não oferecer um retorno de curto prazo, a energia nuclear perdeu espaço mas não deixou de fazer parte dos planos do país;

[...] apesar da perda da importância da energia nuclear do ponto de vista do setor elétrico em comparação com os anos anteriores, da perspectiva burocrática, houve prosseguimento da centralização das decisões na CNEN e busca da diversificação de parcerias via acordos internacionais para o uso pacífico da energia nuclear, o que demonstra a continuidade, nesse ponto, do governo anterior. (FERNANDES, 2015, p. 210).

Ao longo dos anos o Brasil acabou se envolvendo em tratados que tinham como principal objetivo a estipulação de regras que visavam o controle sobre armas atômicas. O primeiro dos tratados de grande amplitude assinado pelo Brasil foi o Tratado de Tlatelolco em 1967. O nome oficial do tratado é “Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe”, mas é chamado de Tlatelolco por ter sido assinado no bairro de Tlatelolco, localizado na Cidade do México. O primeiro artigo do tratado diz o seguinte sobre as obrigações dos participantes: “1. As Partes Contratantes comprometem-se, igualmente, a abster-se de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, o ensaio, o uso, a fabricação, a produção, a posse ou o domínio de qualquer arma nuclear ou de participar nisso por qualquer maneira”⁴ (BRASIL, DECRETO Nº 1.246, 1994). Esse tratado começou a ser elaborado ainda em 1964 no México, país que teve um papel importante na construção do texto final, juntamente com o Brasil e a Argentina, que eram à época os países latino-americanos com os programas nucleares mais avançados (FERNANDES, 2015, p. 223-225).

Como o próprio nome oficial do tratado já explicita, ele trata da criação de uma zona livre de armas nucleares na América Latina e no Caribe. Porém o tratado também tem como

⁴BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1246.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

objetivo garantir o acesso dos países latinos ao uso da energia nuclear para fins pacíficos. Durante as tratativas existiram diferenças no entendimento de alguns pontos específicos:

[...] houve a divisão da negociação entre um grupo liderado pelo México e outro liderado pelo Brasil. No caso do Brasil, seus interesses eram percebidos pela diplomacia mexicana ligados à não participação de Cuba (por razões vinculadas à posição de alinhamento aos Estados Unidos), à negociação das garantias nucleares das potências nucleares e ao direito à realização de testes nucleares pacíficos. (FERNANDES, 2015, p. 224-225)

Outras questões de cunho mais técnico também geraram discussões, como a possibilidade da realização de explosões nucleares pacíficas, a aplicação do Protocolo Adicional I e II, que versavam a respeito da zona livre de armas atômicas por países nuclearmente armados com possessões na região e a garantia de não ameaça atômica aos países da região, pelos possuidores de armas nucleares (FERNANDES, 2015, p. 226-227).

Em 12 de fevereiro de 1967, o Tratado de Tlatelolco de Proibição de Armas Nucleares na América Latina foi concluído e aprovado por unanimidade, incluindo a permissão do desenvolvimento tecnológico para uso pacífico da energia nuclear e a realização de explosões nucleares pacíficas por meios próprios. [Porém o tratado não foi promulgado pelo Brasil até 1994]. (FERNANDES, 2015, p. 226)

Foi durante a presidência de Artur da Costa e Silva (1967-1969) que as ações para a construção da primeira usina nuclear para a produção de energia começaram. Já no início do seu governo “Pelo Decreto nº 60.900, de 26 de junho de 1967, a CNEN foi transformada em órgão da administração pública indireta, vinculado ao Ministério de Minas e Energia” (FERNANDES, 2015, p. 243), dando mais importância ao órgão e o incumbindo junto aos outros órgãos competentes de viabilizar tudo o que envolvesse a construção da nova usina. (FERNANDES, 2015, p. 242-243). Várias outras ações do governo também trabalhavam nesse sentido.

Ainda em 1967 o “grupo de trabalho especial” apresentou as especificações básicas que o reator deveria ter. Este possuiria até 500 MW para ser viável e funcionar em curto prazo, porém o tipo de reator ainda não tinha sido escolhido. Para realizar a tarefa “o convênio entre a CNEN e a Eletrobras foi formalizado em 1968 com vistas à cooperação para o planejamento, a construção e a operação das centrais nucleares, estabelecendo as competências de cada órgão” (FERNANDES, 2015, p. 244).

Para a compra do reator foi aberta uma licitação internacional, já tendo sido escolhida Angra dos Reis, RJ, como o local da construção. A empresa vencedora da licitação foi a Westinghouse, norte-americana, e o reator era do tipo PWR, cujo combustível era o urânio

enriquecido. O fato de o Brasil ainda não dominar o enriquecimento de urânio, causando assim a dependência de tecnologia estrangeira, não agradou parte dos cientistas brasileiros que acusavam o governo brasileiro de não incentivar o desenvolvimento de tecnologia nacional. Exemplo deste fato foi “que houve paulatinamente o abandono do projeto de desenvolvimento tecnológico autônomo do Grupo do Tório (WROBEL, 2000, p. 73-74), contrariando a comunidade científica nacional” (FERNANDES, 2015, p. 246). Corroborando com o discurso dos cientistas, havia o fato de que junto com a compra do reator não haveria transferência de conhecimento tecnológico, sendo garantido pelo governo dos Estados Unidos apenas a venda de combustível para o reator, e por parte da Westinghouse o treinamento de técnicos brasileiros para viabilizar o funcionamento do reator (FERNANDES, 2015, p. 243-246).

O objetivo do governo era a utilização da tecnologia nuclear para modernizar o país e ajudar no desenvolvimento econômico, que desde o governo de JK passava por um ciclo de instabilidade muito grande. Porém o conflito entre a autonomia tecnológica nacional e a dependência de auxílio estrangeiro, gerou uma CPI terminada em 1970, que teve como “resultado recomendações [que] sugeriam que o Brasil deveria se engajar na produção de energia nuclear, considerando o panorama do setor elétrico no Brasil de necessidade de complementação da energia advinda da matriz hidrelétrica do país” (FERNANDES, 2015, p. 248).

Ao mesmo tempo em que aconteciam as tratativas do Tratado de Tlatelolco na América Latina, fora dela um movimento iniciado em 1964 por Estados Unidos e União Soviética estava em andamento, visando também a não proliferação de armas atômicas só que tendo o mundo todo em seu escopo. Esse movimento é chamado de Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), e foi construído em colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que é a responsável por auxiliar e fiscalizar os países em relação às suas atividades atômicas.

“Em 1967 Estados Unidos e a União Soviética apresentaram o primeiro esboço de anteprojeto que contemplava as obrigações dos países nuclearmente armados e daqueles que não possuíam armas nucleares para com o regime a ser criado” (FERNANDES, 2015, p. 252). Desde as primeiras iniciativas do novo tratado, existiram divergências entre os países nuclearmente armados e os não nuclearmente armados. O medo era de que os menos desenvolvidos tecnologicamente poderiam ser afetados, sendo proibidos de se desenvolverem devido a cláusulas presentes nesse tratado. Outro fato relativo à acessão por parte dos países não nuclearmente armados, era a garantia de que ações seriam tomadas para parar, diminuir e

possivelmente eliminar os artefatos atômicos do planeta. Esses compromissos deveriam partir de todos os envolvidos (FERNANDES, 2015, p. 252-254).

O Brasil se mostrando combativo em relação à defesa do seu desenvolvimento tecnológico desde o início das negociações, propôs emendas ao anteprojeto de 1967, defendendo os mesmos direitos defendidos durante as tratativas do Tratado de Tlatelolco.

É possível observar que as emendas brasileiras buscavam assegurar que os países não nucleares, como era o caso do Brasil, tivessem o direito de realizar explosões nucleares com fins pacíficos como requisito para o seu desenvolvimento científico e tecnológico. Nas negociações de Tlatelolco, o art. 18 havia assegurado ao Brasil o direito de realizar explosões nucleares com fins pacíficos, enquanto o TNP restringia essa possibilidade. (FERNANDES, 2015, p. 254).

É possível observar que a questão das explosões pacíficas era uma questão muito cara ao governo brasileiro, fazendo o país expor a sua opinião e se fazer valer a liberdade de não participar de tratados que não se alinhassem com as diretrizes nacionais. “A não entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco no Brasil se deveu ao fato de as potências nucleares, conforme Protocolos I e II, não assinarem o tratado em virtude do referido art. 18” (FERNANDES, 2015, p. 254). O referido art. 18 trata exatamente da questão das explosões nucleares pacíficas, permitidas pelo Tratado de Tlatelolco, mas não avalizadas pelas potências. O Brasil ainda negociou a questão das explosões, fazendo propostas e recebendo contra propostas, porém ao final das negociações o Brasil acabou não assinando o TNP (FERNANDES, 2015, p. 257-258), que foi “aprovado pela Assembleia Geral pela Resolução nº 2.373/67309, em 12 de junho de 1968” (FERNANDES, 2015, p. 256).

Para Soares de Lima (1986 apud HAK NETO, 2011, p. 66), as potências nucleares buscaram suavizar os aspectos discriminatórios do tratado por meio da ideia de uma barganha envolvendo concessões mútuas em que se comprometiam com o desarmamento geral e completo e com os usos pacíficos da energia nuclear. [...] No entanto, o próprio tratado categorizou os Estados entre nuclearmente armados e não armados, ao estabelecer que, de sua ratificação em diante, os países que não haviam desenvolvido artefatos nucleares não o fariam mais, e os Estados que possuíam se comprometiam – sem critérios quantitativos e temporais claramente definidos – a reduzir e quiçá extinguir seus arsenais militares paulatinamente. [...] as regras para as potências nucleares eram frouxas e sem um mecanismo de verificação de seu cumprimento. (FERNANDES, 2015, p. 258).

Essa discriminação promovida pelos países desenvolvidos, representada no texto do TNP, postergou por três décadas a acessão do Brasil ao TNP, que continua dependendo da boa

vontade e da disposição dos países nuclearmente armados em promoverem o desarmamento de forma individual, tendo de cumprir o art. 6^o do TNP, mas ao seu tempo.

Foi durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que as primeiras decisões empíricas para a construção de Angra I foram tomadas. Ainda existiam as críticas por parte de setores mais protecionistas que se queixavam da dependência estadunidense que surgiria após a construção da usina em relação ao combustível enriquecido, necessário ao funcionamento da planta. (FERNANDES, 2015, p. 256).

“Cabe ressaltar que, no I Plano Nacional e Desenvolvimento (1972/1974), houve menção especial à criação de um complexo industrial capaz de gerir todas as etapas da energia nuclear [...]” (FERNANDES, 2015, p. 267), sendo que para isso em 1971 a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) foi criada com o intuito de facilitar o crescimento do setor nuclear no país.

Foi apenas em 1972 que a já encarregada “CBTN firmou contrato com a Westinghouse para o início da construção de Angra I” (FERNANDES, 2015, p. 267). A construção se deu ao longo de alguns anos, “Em 1976, teve início a montagem dos equipamentos pesados da usina e, em 1978, a chegada do primeiro carregamento do combustível nuclear” (FERNANDES, 2015, p. 267). Porém os Estados Unidos ainda pressionavam o Brasil, para obter garantias de que o país não usaria o combustível da usina para outras finalidades (FERNANDES, 2015, p. 268).

O Brasil ainda não fazia parte do TNP e por isso legalmente não tinha impedimentos legais para a construção de bombas atômicas, porém o Brasil sempre deixou claro que nunca teve a intenção de usar o seu programa nuclear para fins bélicos, mas somente isso não era garantia suficiente para os Estados Unidos.

A preocupação com a segurança energética e o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro continuam em destaque na administração de Ernesto Geisel (1974-1979). Foi sob a sua presidência que importantes atitudes foram tomadas em direção à tão desejada autonomia nacional na área nuclear, por cientistas, políticos e militares nacionalistas que desaprovavam a construção de Angra I. Obra feita sem transferência de tecnologia, dependente do urânio enriquecido nos Estados Unidos e usando um reator diferente daquele preferido e estudado pelos cientistas brasileiros (FERNANDES, 2015, p. 276-281).

Devido a uma decisão interna de suspender a venda de urânio enriquecido a outros países, para a manutenção das usinas nucleares, durante a década de 1970, os Estados Unidos

5 É o artigo 6 do TNP que trata do compromisso do desarmamento pelos países nuclearmente armados (Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, França e China).

deram mais uma prova de que a dependência era uma situação arriscada para o desenvolvimento nuclear brasileiro (FERNANDES, 2015, p. 276).

“Em 1974, a CTBN foi transformada em Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), por meio da Lei nº 6.189, como ‘órgão executor da Política Nuclear Nacional’” (FERNANDES, 2015, p. 277), reorganizando novamente os órgãos responsáveis pela política nuclear brasileira.

Com a suspensão da exportação de urânio enriquecido por parte dos Estados Unidos, o Brasil recebeu mais um estímulo a tentar obter a sua independência nuclear. O melhor parceiro para esta empreitada acabou se mostrando a República Federal da Alemanha. Ela possuía a tecnologia de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação que o Brasil desejava possuir e estava disposta a compartilhar a tecnologia, já tinha uma relação prévia com o Brasil na área nuclear e precisava de urânio para abastecer os seus reatores (o minério era escasso naquele país). Todas essas variáveis impulsionavam o acordo de transferência tecnológica, tão desejada pelo governo brasileiro, que possibilitaria a autonomia nacional na fabricação de combustível para os reatores nucleares, garantindo o suprimento de energia elétrica e segundo estudos feitos na época, suprimindo a demanda futura por energia (FERNANDES, 2015, p. 276-278).

Em 1975 o acordo com a Alemanha Ocidental⁶, “foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 85 de 1975” (FERNANDES, 2015, p. 279).

Desse modo, o acordo foi composto por 11 artigos, abrangendo a cooperação técnica e científica entre os dois países. Por estabelecer a transferência tecnológica para o enriquecimento de urânio, bem como a produção de elementos combustíveis e reprocessamento de elementos irradiados, foi expresso no acordo que ambos os países eram partidários da não proliferação nuclear (art. 2º) e submeteriam as atividades de exportação de equipamentos e componentes, bem como a troca de informações tecnológicas às salvaguardas da AIEA (ARCELA, 1992, p. 22). (FERNANDES, 2015, p. 279)

Dessa forma o Brasil estava fortalecendo a autonomia nacional, trabalhando para que a indústria nacional conseguisse nacionalizar o máximo possível das peças necessárias para a construção das usinas de energia e de enriquecimento de urânio. Porém complicações advindas da pressão externa norte-americana agiram sobre a intenção brasileira de alcançar a independência nuclear, que por sua vez teve de esperar (FERNANDES, 2015, p. 280-281).

Devido a mudança de governo e de legislação nos Estados Unidos, uma pressão muito grande recaiu sobre o acordo firmado entre o Brasil e a Alemanha Ocidental. A preocupação

⁶ Alemanha Ocidental é como ficou conhecida a República Federal da Alemanha.

do governo estadunidense com a não-proliferação nuclear, fez com que dúvidas surgissem em torno da transferência de tecnologia nuclear de um país desenvolvido para um em desenvolvimento, e do possível mau exemplo que isso daria ao resto do mundo (FERNANDES, 2015, p. 281-282).

Como o Brasil não fazia parte do TNP, existiam muitas dúvidas sobre a possibilidade de o Brasil utilizar a tecnologia de enriquecimento de urânio para a fabricação de artefatos explosivos, como era proibido pelo TNP (FERNANDES, 2015, p. 281-283).

Existiam também os interesses econômicos envolvidos no acordo entre Brasil e Alemanha Ocidental. Os Estados Unidos estariam perdendo um cliente, o Brasil, em decorrência da autonomia que seria alcançada pelo país, diminuindo o lucro das empresas estadunidenses do setor. Foram feitos muitos encontros entre autoridades dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental, nos quais os norte-americanos tentaram convencer o país europeu a desistir do negócio, o que não aconteceu. Para o acordo ser efetivado, ainda foi necessária a permissão do Reino Unido e da Holanda via aprovação pelo parlamento, já que eram parceiros da Alemanha Ocidental na área nuclear e deveriam concordar com a venda de urânio enriquecido e a transferência de tecnologia para o Brasil (FERNANDES, 2015, p. 284-286).

Devido à pressão, o acordo não pode ser cumprido em sua totalidade. Dificultando dessa forma a desejada autonomia tecnológica do ciclo completo do enriquecimento de urânio para o abastecimento das plantas brasileiras.

Uma questão importante foi a substituição do processo de ultracentrifugação pelo processo jato centrífugo, que era considerada a segunda opção para o enriquecimento de urânio, devido a questões legais relativas a patente da ultracentrifugação (FERNANDES, 2015, p. 289-291). Dentro do Brasil as críticas eram pesadas por parte do meio científico e de parcela dos militares que discordavam de vários aspectos do acordo com a Alemanha Ocidental. Além da pressão norte-americana relativa às intenções, e aspectos políticos e econômicos, do Brasil. Tudo isso demonstrava a vontade do país de se desvencilhar das amarras da dependência dos Estados Unidos, tentando conseguir a autonomia nuclear e tecnológica de forma a não comprometer o desenvolvimento nacional a apenas um país, perpetuando as desigualdades tecnológicas e políticas no meio internacional (FERNANDES, 2015, p. 291-293).

O último grande fato relacionado a energia nuclear durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985), foi o programa do governo que ficou conhecido como programa paralelo. Esse programa secreto se resumiu aos esforços empreendidos pelo governo brasileiro de adquirir a

capacidade de enriquecimento de urânio de forma autônoma. Desde a década de 1970 o país já vinha tendo avanços nesse sentido, “em 1972, o Brasil produziu *yellowcake* na usina de Poços de Caldas, sendo que, posteriormente, coube ao Ipen, em São Paulo, a tarefa de avançar as pesquisas na transformação do concentrado em hexafluoreto de urânio (UF6)” (FERNANDES, 2015, p. 309).

A cooperação tecnológica com a Alemanha Ocidental deveria trazer o resto da tecnologia necessária para o enriquecimento de urânio, porém “a Alemanha não dispunha de tecnologia para fazer a conversão do *yellowcake* em hexafluoreto de urânio (fazia somente seu enriquecimento)” (FERNANDES, 2015, p. 309). Devido a fatos como esse, o governo brasileiro investiu no “desenvolvimento endógeno do processo de todo o ciclo de produção do elemento combustível, utilizando equipamentos e técnicos nacionais que envolviam o Ipen, a CNEN e institutos militares” (FERNANDES, 2015, p. 309). A Marinha teve um papel importante na pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia nacional de enriquecimento de urânio, visando o desenvolvimento de submarinos movidos à energia nuclear. Tanto o Exército quanto a Aeronáutica participaram do projeto, juntamente com diversas outras instituições governamentais, todas trabalhando no mesmo projeto para o domínio do ciclo completo do combustível nuclear (FERNANDES, 2015, p. 308-311).

Somente após o fim do governo de Figueiredo, em 1987, no contexto da redemocratização política, o então presidente José Sarney anunciou o domínio do ciclo de enriquecimento do urânio por meio da ultracentrifugação pelos esforços conjuntos da Marinha e do Ipen, sendo este incorporado ao programa nuclear oficial. O anúncio gerou reações negativas tanto no âmbito da opinião pública doméstica quanto no meio internacional. (FERNANDES, 2015, p. 310).

Ainda em 1985 entrou em operação comercial a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, conhecida como Angra I, que começou a ser construída em 1972 (FERNANDES, 2015, p. 308). Após o término da ditadura militar, durante o período conhecido Redemocratização, o programa de energia nuclear brasileiro não deixou de ser debatido pela sociedade e desenvolvido pelo governo. As críticas que sempre estiveram presentes ao longo dos anos em relação ao uso ou ao método usado para a fabricação da energia nuclear continuaram presentes.

Com a nova Constituição de 1988, o governo brasileiro tentou deixar mais transparente a sua política nuclear.

A nova Constituição promulgada em 1988 expressou os objetivos pacíficos das atividades nucleares brasileiras. Ademais, as atividades nucleares do estado foram

submetidas à aprovação do Congresso, oferecendo-se barreiras sociais e institucionais à trapaça. A Nuclebrás foi extinta, e o controle de Angra 1 e do canteiro de obras de Angra 2 foi transferido para a Eletrobrás (KNOBEL, BELISÁRIO & CAPOZOLI, 2000; SQUASSONI & FITE, 2005). (JESUS, 2010, p. 46-47).

A grande prova da intenção de diminuir as dúvidas sobre as intenções brasileiras, após a revelação do Programa Nuclear Autônomo pelo presidente José Sarney em 1987, foi o estreitamento das relações com a Argentina, processo começado ainda em 1980 com “a assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que visava criar condições para um maior conhecimento recíproco dos programas nucleares [...]” (JESUS, 2010, p. 47).

Nesse movimento de aproximação entre os dois países foram assinados acordos importantes para a aplicação de salvaguardas relacionadas a fiscalização do uso pacífico da tecnologia nuclear pelo Brasil e pela Argentina. Aconteceram três ações que culminaram na criação de duas agências de fiscalização e num acordo envolvendo a AIEA.

A primeira dessas ações foi a criação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) de 1990, que:

é um conjunto de procedimentos gerais e manuais específicos para cada tipo de instalação, aplicados a todos os materiais nucleares, sob a jurisdição ou nos territórios da Argentina e do Brasil. [...] Ele tem por objetivo assegurar que quantidades significativas de material nuclear não sejam desviadas para a fabricação de armas ou de outros dispositivos de destruição em massa. (ABACC, 2017).

A segunda ação foi um complemento da primeira, aonde a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) de 1991 foi criada “para aplicar e administrar o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, o SCCC” (ABACC, 2017). Dessa forma “A administração do SCCC foi confiada à ABACC, que devia reportar à Comissão qualquer indício de anomalia ocorrido nas instalações sob salvaguardas” (ABACC, 2017).

Como se fosse um ato final para sacramentar a iniciativa brasileira e argentina de fiscalização de materiais nucleares, “Brasil, Argentina, Abacc e AIEA assinaram o Acordo Quadripartite para Aplicação de Salvaguardas em 1991, em vigor desde 1994” (JESUS, 2010, p. 47). Com o envolvimento da AIEA, a legitimidade da iniciativa bilateral, dificilmente seria contestada, devido as ações coordenadas entre as quatro partes do acordo para fiscalizar o uso pacífico da energia nuclear.

Outro compromisso relevante que entrou em vigor no ano de 1994 foi o Tratado de Tlatelolco, que foi assinado pelo Brasil em 1967, mas ainda não havia sido promulgado pelo governo devido a divergências referentes ao Protocolo Adicional I e II, que se referem aos compromissos das potências nucleares e que não foram promulgados por estas nações. Como as potências não assinaram o acordo, o Brasil não promulgou o tratado (FERNANDES, 2015, p. 226).

Brasil e Argentina iniciaram as negociações que visavam sua entrada em vigor e a emenda dos artigos 14, 15 e 16, do Tratado, assuntos de ordem técnica. Na seqüência, a Argentina e o Chile se tornaram membros plenos do tratado em 19 de janeiro de 1994, o Brasil aderiu formalmente ao tratado, entrando em vigor em 30 de maio de 1994. (OLIVEIRA, 1998. p. 17).

Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 1998 que o Brasil, em uma atitude histórica, assinou o TNP, que estava vigente desde 1970, e por, na opinião do governo brasileiro, segregar os países entre os possuidores legítimos de armas nucleares e aqueles desprovidos desse direito, considerou o tratado injusto e não assinou o TNP. Até que em 1998 o Brasil se juntou à maioria dos países do mundo como signatário do tratado, continuando a militância pelo desarmamento nuclear e pelo direito ao uso da energia nuclear para fins pacíficos, como já defendia há anos (JESUS, 2010, p. 47; FERNANDES, 2015, p. 252-260).

Este capítulo se propôs a introduzir a história brasileira com a energia nuclear de forma bem didática e resumida. A motivação disso está na quase inexistência de disseminação desse tipo de informação, para além das pessoas que se dispõem a estudar o assunto. Conhecer a posição histórica brasileira possibilita entender o próprio país e a fazer uma comparação com o que vem sendo feito recentemente pelos governantes. Identificar mudanças pode ser de grande importância para a conclusão deste trabalho. No próximo capítulo, já será possível fazer a comparação das ações tomadas no século XX, com aquelas protagonizadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores no século XXI, a partir de 2003.

3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO GOVERNO LULA

Este capítulo se propõe a discutir as ações diplomáticas tomadas por Luiz Inácio Lula da Silva durante o seu mandato. Também são analisadas as relações com os países mais relevantes politicamente para o Brasil no Oriente Médio, no intento de esclarecer qual era a política adotada pelo governo brasileiro durante o período estudado.

3.1 UM PANORAMA GERAL

Quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) assumiu a presidência da República em janeiro de 2003, o Brasil, na situação de país em desenvolvimento, readequou a sua política externa para cumprir a nova (nem tão nova) agenda do país, ao menos nos próximos quatro anos de mandato do novo presidente.

O processo de ampliação das relações com países do Sul já estava em andamento, como afirmam os professores Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007), quando se referem ao período da redemocratização, aonde o Brasil teria optado, em ordem cronológica, pela:

(1º) “autonomia pela distância” como uma política de não-aceitação automática dos regimes internacionais [...] (2º) “autonomia pela participação” como a adesão aos regimes internacionais, [...] (3º) “autonomia pela diversificação” como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283)

Para os professores, a autonomia pela diversificação seria um fenômeno já presente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), portanto já presente na política externa brasileira. Aonde o país estaria se integrando e participando cada vez mais dos processos de tomada de decisão mundial, através da diversificação dos parceiros políticos e comerciais, pertencentes ao grupo dos chamados países em desenvolvimento, ou do Sul.

Desde as primeiras demonstrações públicas à frente da presidência da república, Lula demonstrou que a sua intenção era diversificar as relações brasileiras e contestar as desigualdades no ambiente internacional, obviamente defendendo os interesses nacionais.

Podemos vislumbrar essa intenção já no discurso realizado pelo Brasil na ONU, em decorrência da Assembleia Geral, realizada sempre no segundo semestre do ano. Nesse discurso de abertura, as nações tratam dos assuntos mais importantes externa e internamente, expondo as suas opiniões a partir das suas perspectivas.

Já no primeiro discurso do presidente Lula, é possível identificar quais seriam as diretrizes brasileiras para o seu governo. Começando pela defesa do multilateralismo, dizendo, “O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 123),

demonstrando que a bipolarização ou a restrição de qualquer forma, na relação entre os países, seria considerada um retrocesso para o meio internacional.

Outro ponto fundamental defendido pelo presidente, e que esteve presente na retórica de todo o seu mandato, é a questão da reforma dos órgãos da ONU e principalmente a do Conselho de Segurança.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação. É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição – em especial no que se refere aos membros permanentes – não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos. Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional, muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos. (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 124).

Nesta citação é possível serem encontradas posturas muito claras da diplomacia de Lula. A questão da legitimidade do Conselho de Segurança é sempre presente. Como já foi dito neste trabalho, o Conselho é composto por Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França, sendo que todos possuem armas nucleares e são potências mundiais e regionais. O fato de os membros permanentes nunca terem sido alterados ou o seu número aumentado, denota um ambiente muito restritivo para o restante das nações, que no máximo podem participar do Conselho como membros temporários, numa clara posição de inferioridade política. É por esse motivo que o presidente citou a questão da legitimidade do conselho.

Também não passa despercebida a questão da representatividade que os países em desenvolvimento deveriam ter, na opinião da diplomacia brasileira. Essa posição é um claro sinal de que esses novos atores do sistema internacional necessitariam ter a sua nova situação econômica e social representada, de forma que as opiniões sobre assuntos relevantes no meio internacional deveriam ser levadas em consideração na tomada de decisões dos órgãos da ONU.

Ainda no discurso de abertura da Assembleia Geral, Lula sinalizou a sua intenção de intensificar e aumentar as relações políticas com os países do Sul, no intento de diminuir a dependência e as disparidades entre o Norte e o Sul. Porém ainda deixa claro que os países do Norte tem um papel importante para o Brasil, como podemos ver abaixo.

Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa

presença internacional. [...] Vamos também realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõe a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul, estabelecemos um foro trilateral, orientado para a concentração política e projetos de interesse comum [...]. (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 125).

Para além do contexto político, referente à economia, o presidente ainda fez uma crítica ao comportamento protecionista muito presente no Norte. “O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 125).

Sobre essa questão da disputa por poder e influência no ambiente internacional, Immanuel Wallerstein, doutor em Sociologia pela Universidade de Columbia e atual pesquisador-sênior do Departamento de Sociologia da Universidade Yale⁷, descreve o funcionamento das relações interestatais de forma a esclarecer a sua dinâmica. Em sua obra, *World-Systems Analysis: An Introduction*⁸, ele diz que os estados fortes competem entre si, mas tendem a manter o *status quo* dos Sistemas-Mundo Moderno. De certa forma explicando o porquê os países mais ricos impõem barreiras protecionistas na economia e se mantêm, por exemplo, hegemônicos no Conselho de Segurança, por mais que tenham as suas diferenças.

De forma quase igual, Wallerstein descreve o comportamento dos estados semiperiféricos, ou em desenvolvimento, que também estariam lutando entre si para ao menos manter as suas posições ou na melhor das hipóteses “*rise on the ladder*”⁹ do sistema internacional. O autor também fala da impossibilidade de ascensão de um estado de forma totalmente autônoma, e que no jogo de poder internacional entre os países, é criado um equilíbrio de poder que impossibilita a ascensão unilateral. Porque os fatores econômicos, que são alguns dos principais componentes da ascensão estatal, estão ligados a uma economia global que necessita do equilíbrio para funcionar.

Outra questão levantada por Wallerstein é a da impossibilidade da neutralidade do estado em relação às empresas nacionais. Ele diz que um estado não pode ser neutro na economia, que ele invariavelmente tem que decidir quais empresas serão beneficiadas, as nacionais ou as estrangeiras. O autor fala que o sistema capitalista tem como principal fim a acumulação infinita de capital, portanto a defesa dos interesses empresariais nacionais aumentaria o próprio poder internacional da nação.

7 Immanuel Wallerstein. Disponível em: < <http://iwallerstein.com/about/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

8 WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. 2004, p. 49-58.

9 “subir na escada” (tradução nossa).

Sendo assim o protecionismo das nações desenvolvidas citado por Lula no seu discurso na ONU, acaba sendo um exemplo muito claro do cuidado que o estado tem para com os interesses do seu empresariado nacional, na tentativa de manter a sua hegemonia política e econômica.

Nessa mesma esteira, vem a intensificação das relações com os países em desenvolvimento, ou as relações Sul-Sul. A intenção por trás da diversificação dos parceiros comerciais e políticos pelo Brasil, acontece na tentativa de aumentar o poder nacional, e como Wallerstein fala, subir na escada da hierarquia internacional. Como os parceiros tradicionais brasileiros são em boa parte países desenvolvidos, existe um desequilíbrio de poder nessa relação. Porém fortalecer o grupo semiperiférico através de iniciativas como o BRICS¹⁰, é sintoma da vontade de se utilizar das organizações multilaterais para mudar a dinâmica internacional de forma participativa, para aumentar a própria influência do Brasil como é descrito por Wallerstein, Vigevani e Cepaluni. O presidente ainda diz no discurso “Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 127). Reforçando, assim, a ideia de que a economia é um aspecto central para o desenvolvimento do país, intensificando o poder econômico e conseqüentemente o poder político.

Finalizando o discurso, outra questão nevrálgica da retórica do governo do presidente Lula aparece, se trata da ideia de que apenas com o fim dos arsenais atômicos é que a paz mundial será alcançada.

A questão da paz, das suas causas e dos caminhos necessários à sua concretização, também se fizeram presentes nos discursos do presidente e dos funcionários do governo. Exemplo disso pode ser visto no discurso proferido pelo embaixador Celso Amorim ao Conselho de Segurança, por ocasião da segunda Assembleia Geral da ONU realizada durante o governo Lula, em 2004.

O ponto central dessa visão é a noção de que o fundamento da paz é a justiça social. Como disse em suas palavras [Lula], “um mundo onde a fome e a pobreza prevalecem não pode ser um mundo pacífico” [...] A experiência recente nos oferece vários exemplos de conflitos em países marcados por níveis muito baixos de desenvolvimento, que ilustram os limites de uma perspectiva puramente ou preponderantemente militar da construção da paz. Sem um enfoque mais amplo, que incorpore variáveis econômicas e sociais – e que esteja centrado no bem estar dos civis –, fracassaremos na promoção de soluções duradouras. (Resenha de Política Externa, 2004, 2º semestre, p. 102).

10 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O governo estava fazendo uma crítica explícita ao que acredita serem métodos de construção da paz ineficientes e até nocivos, condenando o uso da força como um meio eficiente para diminuir as desigualdades e construir um mundo mais pacífico. Um exemplo de ação falha citada por Amorim aparece em seguida no seu discurso, “A ONU falhou junto ao povo do Haiti no passado [...]. Desta vez, paralelamente aos esforços para assegurar um ambiente mais seguro, temos que colocar em marcha um programa sustentável para ajudar a sociedade do Haiti nas esferas política, social e econômica” (Resenha de Política Externa, 2004, 2º semestre, p. 103).

Todos os assuntos tratados neste primeiro discurso às Nações Unidas são encontrados com maior ou menor intensidade ao longo de todo o governo Lula. A questão da reforma do Conselho de Segurança, porém, é a mais recorrente na retórica brasileira. É sempre lembrada e enfatizada a sua importância na construção de uma instituição mais representativa.

Essa vontade foi materializada na constituição do “Projeto de Resolução A/59/L.64”¹¹ apresentado em 2005 pelo embaixador brasileiro na ONU, que na ocasião foi quem apresentou o projeto em nome de todos os estados que apoiavam a iniciativa, incluindo a França membro permanente do conselho. O simples fato de ser o representante brasileiro a expor a iniciativa, já denota o alto interesse brasileiro pela mudança no Conselho de Segurança.

Para desempenhar, de maneira eficaz, suas funções e poderes o Conselho de Segurança necessita de uma reforma abrangente, inclusive com a expansão da categoria de membros permanentes, de forma a ajustá-lo ao mundo contemporâneo. [...] A representatividade e a participação equitativa devem ser claramente refletidas na composição do Conselho de Segurança. A legitimidade das decisões do Conselho só estará assegurada se promovida a sua atualização em conformidade com esses princípios. (Resenha de Política Externa, 2005, 2º semestre, p. 25-26).

Como é reforçada na citação acima, a grande questão da reforma do conselho está ligada à representatividade que este órgão não possuiu, na opinião dos proponentes e de outros países. Mas por que a representatividade no Conselho de Segurança é tão importante?

O ponto central é que este conselho tem muito poder político e de influência na comunidade internacional. As suas decisões podem afetar qualquer país do mundo de forma direta ou indireta. Por exemplo, sanções econômicas podem ser aplicadas aos países, prejudicando severamente a economia da nação punida, através da decisão dos cinco países que compõem o Conselho de Segurança. Isso aconteceu em 2006, quando o Irã foi punido por

¹¹ Resenha de Política Externa, 2005, 2º semestre, p. 25-28.

não parar o enriquecimento de urânio, recebendo mais sanções através da Resolução 1696/2006¹² do Conselho de Segurança.

Como os países em desenvolvimento, caso do Brasil, os países subdesenvolvidos e o restante das nações desenvolvidas não têm a sua opinião representada na tomada de decisões sobre a segurança internacional, o que leva a representatividade do Conselho de Segurança a ser contestada pelas nações não participantes.

Essa situação condiz com a definição de Wallerstein sobre a interferência de Estados fortes nos Estados fracos, ou em desvantagem:

Estados, como nós temos enfatizado, existem dentro de uma estrutura interestatal, e as suas forças relativas não são meramente o grau de autoridade interna que cada um deles pode efetivamente exercer mas o grau em que eles podem manter as suas cabeças erguidas no ambiente competitivo dos Sistemas-Mundo. Todos os Estados são teoricamente soberanos, mas estados fortes acham que é mais fácil “intervir” nos assuntos dos estados mais fracos do que vice-versa, e todos estão cientes disso.¹³ (WALLERSTEIN, Immanuel, *World-Systems Analysis: An Introduction*, 2004, p. 55, tradução nossa).

A definição da dinâmica interestatal de Wallerstein explica porque o Brasil defendeu tanto a reforma e ampliação do Conselho de Segurança. Se o país pudesse interferir na tomada de decisões do órgão mais poderoso da ONU, defenderia a sua agenda nacional e também os interesses de Estados em desenvolvimento relacionados à segurança internacional.

Dentro do movimento de intensificação das relações Sul-Sul, o governo Lula começou um estreitamento de relação com o Mundo Árabe desde o seu primeiro ano de existência. Em 2003 Lula visitou a sede da Liga dos Estados Árabes, localizada no Cairo, Egito, sendo o primeiro mandatário brasileiro a fazer essa visita. Durante o seu discurso, na ocasião, as diretrizes brasileiras ficam claras: “Tenho buscado ativamente ampliar o relacionamento internacional do Brasil. Queremos forjar novas parcerias com regiões e países que, até pouco tempo, eram para nós apenas uma referência retórica ou afetiva” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 231).

Lula, além de lembrar da imigração de populações árabes para o Brasil e da ligação cultural entre a nação brasileira com o Oriente Médio, da importância da cultura médio

12 Resoluções do Conselho de Segurança. Disponível em:

<<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2006.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

13 *States, as we have emphasized, exist within the framework of an interstate system, and their relative strength is not merely the degree to which they can effectively exercise authority internally but the degree to which they can hold their heads high in the competitive environment of the world-system. All states are theoretically sovereign, but strong states find it far easier to "intervene" in the internal affairs of weaker states than vice versa, and everyone is aware of that.* (WALLERSTEIN, Immanuel, *World-Systems Analysis: An Introduction*, 2004, p. 55).

oriental para o mundo, retórica que é recorrente durante todo o governo Lula, trata de assuntos pragmáticos da política. Um dos primeiros pontos citados no discurso é o da possibilidade de aumento de relações comerciais entre o Mundo Árabe e a América Latina. Novamente a questão da ampliação do Conselho de Segurança aparece ainda no início do mandato.

O presidente também toca em um assunto muito caro ao Oriente Médio, que é a questão da paz principalmente entre Israel e a Palestina, defendendo a criação de um Estado palestino como única saída para o conflito. Também afirmou que “[...] o Brasil votou, nas Nações Unidas, em favor da resolução que exige a devolução à Síria das Colinas de Golã” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 232), em uma clara posição de oposição à atitude de Israel neste contencioso. A fome também é reiterada como, além de uma questão humanitária, uma questão relativa à paz mundial. “O caminho da paz passa pelo diálogo e pela concertação. Passa, também, pela eliminação da miséria e da fome, que são caldo de cultura para a violência e o terrorismo” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 233) (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 231-235).

A presença de todos esses aspectos retóricos desde o primeiro ano de mandato, somado a iniciativa política de Lula de estreitar as relações com a região através da visita *in loco*, demonstra que o Oriente Médio fazia parte da estratégia do governo para a ascensão política no meio internacional desde o princípio, aumentando a independência e a força dos países do Sul.

Quando o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) estava começando, já nos primeiros meses uma questão muito séria envolvendo a segurança internacional e especificamente o Oriente Médio estava se iniciando. Tratava-se da Guerra do Iraque (2003-2011), iniciada em 20 de março de 2003 com a invasão de uma coalizão internacional, chefiada pelos Estados Unidos, ao Iraque. O motivo alegado foi que o Iraque, na época governado por Saddam Hussein, estava produzindo armas nucleares. Essa alegação poderia se sustentar pelo fato de o Iraque não ter respeitado a Resolução nº 1.441¹⁴ do Conselho de Segurança de 8 de novembro de 2002. A resolução, resumidamente, determinava que o Iraque desse acesso irrestrito aos funcionários da UNMOVIC¹⁵ e da AIEA¹⁶ às instalações nucleares iraquianas. O país negou o acesso, reforçando suspeitas de atividades ilícitas, que já existiam. O Brasil, sempre defendendo a paz, “[...] tem instado o Iraque a cumprir integralmente as

14 Resoluções do Conselho de Segurança. Disponível em: <

<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2002.shtml> - S/RES/1441 (2002)> Acesso em: 30 mai. 2017.

15 Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas. “A UNMOVIC centraria seu foco nas armas químicas e biológicas e na tecnologia de mísseis” (ELBARADEI, 2011, p. 64).

16 Agência Internacional de Energia Atômica.

resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, e especial a Resolução 1.441, a fim de garantir a completa eliminação de todas as armas de destruição em massa e outras armas proibidas [...]” (Resenha de Política Externa, 2003, 1º semestre, p. 47). Porém o conflito se iniciou e derrubou Saddam Hussein do poder, indo contra os pedidos de solução pacífica do Brasil e da comunidade internacional.

Desde o início do mandato, Lula manteve a posição histórica do Brasil, defendendo a paz no ambiente internacional. Conflitos no Oriente Médio não interessavam aos interesses brasileiros, e prova disso foi o contato que o Estado brasileiro manteve com três países importantes e antagônicos da região, sendo eles o Irã, a Arábia Saudita e Israel. Esses países historicamente estão disputando o poder na região por motivos distintos. O Irã é da vertente xiita¹⁷ do islã, a Arábia Saudita é da vertente sunita do islã¹⁸ e Israel é o único Estado judeu da região e do mundo. O conflito entre xiitas e sunitas é sectário, relacionado à intolerância religiosa dentro do islã entre as duas maiores vertentes desta religião. Já Israel desde a sua criação através da Resolução nº 181¹⁹ da Assembleia Geral da ONU de 1947, teve conflitos com os países vizinhos tanto por questões territoriais, como pela questão da criação do Estado da Palestina, que será abordado com mais profundidade mais adiante, e também pela questão sectária entre judeus e muçulmanos na região, que é conflituosa há décadas²⁰.

3.2 RELAÇÃO BRASIL – IRÃ

As relações oficiais entre o Estado Brasileiro e o Estado Iraniano foram estabelecidas em 1903, ficando décadas sem maiores contatos, até a visita do Xá Reza Pahlavi, mandatário daquele país à época, em 1965 ao Brasil. Mesmo após essa visita as relações bilaterais entre ambas as nações não se intensificaram. Por isso as fontes a respeito da relação Brasil – Irã são quase inexistentes, demonstrando assim um afastamento histórico entre os países²¹. As

17 Para os Xiitas, o califado é o comando político da comunidade (Umma) muçulmana. Para estes, a Umma, deve ser chefiado pelos membros da família do Santo Profeta (A.S.). [...] Já os sunitas defendiam a idéia que acabou sendo aceita: o califá deveria ser eleito entre os muçulmanos. [...] As diferenças são principalmente políticas e se estabeleceram logo após o falecimento do Profeta Mohammad (A.S.). Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos. Disponível em: <http://www.ibeipr.com.br/perguntas_ver.php?id_pergunta=5>. Acesso em: 12 jun. 2017.

18 BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muçulmanos_lab>.

Acesso em: 12 jun. 2017.

19ONU. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/2>> - A/RES/181(II) A-B. Acesso em: 17 mai. 2017.

20 BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140730_gaza_entenda_gf_lk>. Acesso em: 12 jun. 2017.

21 Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5248-republica-islamica-do-ira>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

relações começam a se intensificar a partir dos anos 2000, por advento da presidência de Lula e da sua política de fortalecimento das relações Sul-Sul.

É durante a governança de Lula (2003-2010), que análises dentro do escopo político e econômico serão feitas. Como a problemática central deste trabalho é relativa aos motivos da intervenção brasileira em favor do Irã, a economia é considerada um fator importante de análise para entender a relação bilateral existente.

Tendo em vista que a exportação de mercadorias é a questão principal nas relações econômicas internacionais (quanto mais exportação melhor), serão analisadas as tabelas da exportação brasileira, no intuito de compreender qual era a importância econômica do Irã para o Brasil e se a aproximação política teve reflexos na economia. Utilizando os dados da exportação é possível compreender se houve intensificação ou diminuição das relações comerciais e se as variações ocorrem ou não ao mesmo tempo que a aproximação política.

Politicamente falando, a relação do Brasil e do Irã não era próxima. O Irã durante a primeira década do século XXI, desde o início esteve envolvido em suspeitas de realização de atividades ilícitas através do seu programa nuclear.

[...] em meados de 2002, a AIEA começou a receber informações sobre um terceiro caso. Imagens de satélite de Natanz, pequena cidade da província de Isfahan, região central do Irã, mostravam a construção de uma grande instalação com detalhes perceptíveis, sugerindo que podia se tratar de uma usina de enriquecimento de urânio. Por volta de agosto, o Conselho Nacional de Resistência do Irã reuniu uma coletiva de imprensa em Washington, na qual afirmou que o país estava construindo uma usina secreta em Natanz. (ELBARADEI, 2011, p. 133).

Atitudes como essa só faziam aumentar as suspeitas em torno do programa nuclear iraniano, que estaria enriquecendo urânio para produzir bombas atômicas, o que seria uma violação do TNP sujeita a punição pelo Conselho de Segurança.

Para piorar a situação do Irã, inspeções foram feitas pela AIEA nas instalações do país, apresentando dados e situações que não condiziam com aquilo que era relatado pelo governo iraniano. Existia muita dúvida em relação a tudo o que envolvia o programa nuclear daquele país, porque já existia um histórico de subtração de informações a órgãos de fiscalização no passado (ELBARADEI, 2011, p. 133-143). Sobre essa situação, ElBaradei dá a sua opinião dizendo:

Afirmo que a postura do país, durante as inspeções recentes, foi a de adotar uma “política de ocultamento” e oferecer uma cooperação ‘limitada’ e ‘reativa’. Por outro lado, elogiei a iniciativa iraniana de mudar, prometendo uma “plena cooperação” com a agência [...]. (ELBARADEI, 2011, p. 143).

As suspeitas e promessas de transparência por parte do Irã eram acompanhadas de, cada vez mais, pressão internacional em cima do governo iraniano. Nessa primeira parte dos questionamentos a respeito das intenções do Irã, o Brasil ainda não tinha começado a estreitar os laços diplomáticos com aquele país (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 183).

Em fevereiro de 2007 aparece numa nota oficial do governo brasileiro, uma menção sobre o programa nuclear do Irã. A nota diz respeito à Resolução nº 1.737²² do Conselho de Segurança, que impõe tanto que o Irã autorize as equipes da AIEA a verificarem as instalações nucleares do país, quanto proíbe que qualquer equipamento ou auxílio técnico seja dado ao Irã pelos demais países da comunidade internacional. Sobre a resolução, o governo se expressou desta forma:

O Governo brasileiro reconhece o direito do Irã ao desenvolvimento e uso da energia nuclear para fins pacíficos, consagrado no art. IV do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Entretanto, o Brasil entende que o exercício desse direito implica a obrigação de fornecer à comunidade internacional garantias concretas dos propósitos pacíficos de tais atividades, na forma dos acordos de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). (Resenha de Política Externa, 2007, 1º semestre, p. 233-234).

Essa declaração expõe aspectos importantes sobre a forma como o governo brasileiro lidava com questões relativas à soberania nacional, e sobre qual era a proximidade dos dois países até aquele momento. A nota reafirma a posição histórica brasileira de defesa do direito que as nações possuem em se utilizar da tecnologia atômica para fins pacíficos. Porém afirma que as verificações da AIEA devem ser feitas para garantirem a segurança internacional.

Esse segundo trecho da citação, especificamente, reforça uma questão muito importante, a de que o Estado brasileiro rejeita totalmente a ideia da proliferação das armas de destruição em massa, inclusive por parte Irã. Essa questão é de fundamental importância para o desfecho deste trabalho. A citação também mostra um tratamento frígido e protocolar por parte do governo brasileiro, denotando afastamento entre os estados. “O Brasil espera que possam ser encontradas soluções para a questão nuclear iraniana pela via da negociação e que o tema evolua de maneira a dispensar a imposição pelo Conselho de Segurança de sanções adicionais contra aquele país” (Resenha de Política Externa, 2007, 1º semestre, p. 234).

Ainda em 2007, “Realizou-se em Teerã, no dia 16 de abril de 2007, a V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã. Trata-se de foro de diálogo bilateral estabelecido em 1999 [...]” (Resenha de 22ONU. Disponível em: < <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2006.shtml> > - S/RES/1737 (2006). Acesso em: 17 mai. 2017.

Política Externa, 2007, 1º semestre, p. 332). Nesse foro são tratados assuntos das mais variadas naturezas e escopos, que visam à aproximação dos dois países. Mas o que mais chama a atenção nessa nota é o trecho final “Ressaltaram o amplo potencial existente nas relações diplomáticas entre os dois países, [...] e concordaram quanto à possibilidade de expansão dos vínculos econômico-comerciais” (Resenha de Política Externa, 2007, 1º semestre, p. 333). O trecho deixa claro que ambos os países tem interesse de aumentar o fluxo comercial. Se houve alguma mudança expressiva nas relações comerciais entre Brasil e Irã, os dados oficiais apresentarão as discrepâncias.

A tabela a seguir apresenta os números da exportação brasileira para o Irã em milhões de dólares.

Ano	Posição	País	Valor em US\$
2003	17 ^a	República Islâmica do Irã	869.100.665,00
2004	18 ^a	República Islâmica do Irã	1.132.680.560,00
2005	24 ^a	República Islâmica do Irã	968.467.547,00
2006	19 ^a	República Islâmica do Irã	1.567.911.983,00
2007	19 ^a	República Islâmica do Irã	1.837.597.511,00
2008	38 ^a	República Islâmica do Irã	1.133.379.111,00
2009	33 ^a	República Islâmica do Irã	1.218.107.183,00
2010	23 ^a	República Islâmica do Irã	2.120.942.515,00

Tabela 1 – Exportação brasileira para a República Islâmica do Irã, 2003 a 2010.

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-acumulada-do-ano?layout=edit&id=1173>>. Acesso em: 15 mai. 2017. – Fonte relativa ao ano de 2003, exemplo. (Principais países de destino: ordem decrescente de valor)

Até 2007 as exportações brasileiras para o Irã estavam em crescimento, apesar de não existir um estreitamento político sólido. A partir de 2003 o Irã cai no ranqueamento, da 17^a posição para a 38^a em 2008, pior colocação dentro do período da presidência de Lula, motivada pela crise internacional que assolou o mundo em 2008. Porém o montante das exportações só aumentou, apesar da queda no ranking, a partir de 2003, chegando em 2010 a maior quantia registrada até então, US\$ 2.120.942.515,00.

Foi somente em 2009 que Brasil e Irã dão sinais de aproximação política. Através da visita do presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, que seria realizada em maio de 2009, mas que foi adiada pelo presidente iraniano devido às eleições que ocorreriam neste país em junho do mesmo ano. Porém o encontro entre os empresários de ambos os países, que estava marcado para acontecer durante os mesmos dias da visita presidencial adiada, aconteceram mesmo assim (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 245).

No ínterim entre o adiamento da viagem e a realização do encontro no Brasil entre os presidentes durante o segundo semestre de 2009, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, concedeu uma entrevista à revista Carta Capital, dizendo o seguinte sobre o Irã: (CC se refere à revista e CA ao ministro)

CC: O Irã pode tornar-se um parceiro importante?

CA: Sim, já é. Em 2007 vendemos 2 bilhões de dólares para o Irã, não é nada desprezível. Em 2008 caiu um pouco, mas podemos retomar.

CC: Esta aproximação é um símbolo do pragmatismo comercial que vocês têm praticado, de não se importar com as questões políticas dos países?

CA: Não é não nos importarmos. Não deixamos de criticar, como foi criticada a declaração sobre o Holocausto do líder iraniano, mas é não nos recusarmos ao diálogo. É pelo diálogo que se pode ter influência sobre os países. Queiram ou não as pessoas, o Irã é um interlocutor importante para a questão do Oriente Médio. É um país poderoso, de 70 milhões de habitantes, não adianta tentar ignorá-lo. O presidente Lula não deixará de dar a opinião dele, do Brasil, ao presidente Ahmadinejad, ou a quem quer que ganhe a eleição em junho. Agora, se você só vai convidar e dialogar com as pessoas com as quais concorda, vai ter muito pouca gente. (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 320).

As respostas de Celso Amorim são muito elucidativas quanto a relação entre o Brasil e o Irã, ou qualquer país. O Irã, durante os anos 2000, se tornou um país muito importante economicamente para o Brasil no âmbito do Oriente Médio. Tratando-se de negócios ambos os países estavam se aproximando, porém politicamente a distância ainda existia. Como Amorim deixa claro, o Brasil é a favor do diálogo tanto para defender os interesses nacionais quanto para promover a paz. O Irã durante todo o governo Lula esteve pressionado, principalmente pelos Estados Unidos, em relação ao desenvolvimento do seu programa nuclear, considerado perigoso pelos países aliados dos EUA (ELBARADEI, 2011). Como Mohamed ElBaradei fala em todo o seu livro²³, quando há a falta de diálogo entre as nações, a situação sempre tende a piorar.

O Brasil, por outro lado, conforme estamos analisando reforçou a ideia de dialogar com todas as partes, sendo um bom exemplo disso, a posição histórica brasileira de defender uma solução negociada para a criação do Estado palestino entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 79).

3.3 RELAÇÃO BRASIL – ARÁBIA SAUDITA

23 ELBARADEI, Mohamed. **A era da ilusão**: a diplomacia nuclear em tempos traiçoeiros. São Paulo, Leya, 2011.

Brasil e Arábia Saudita tem um relacionamento historicamente mais recente do que aquele existente com o Irã, porém é mais intenso. As relações diplomáticas entre os dois foram estabelecidas em 1968, 65 anos após a mesma ação ter sido feita com o Irã. As embaixadas são abertas em ambos os países em 1973. Em 1975 “Brasil e Arábia Saudita assinam Acordo de Cooperação Econômica e Técnica”²⁴, e em 1984 aconteceu a “Assinatura de Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar”²⁵. A partir de então, o relacionamento entre os dois países fica bem reduzido, até que nos anos 2000 se intensifica devido as ações do governo Lula.

Igualmente a situação do Irã, Brasil e Arábia Saudita tem um distanciamento político notável, até que Lula no seu intento de fortalecer as relações Sul-Sul, busca se aproximar dos países do Oriente Médio como um todo.

O grande exemplo das ações propostas pelo governo para aproximar o Brasil e a América do Sul do Oriente Médio, foi a proposição da realização da “Cúpula América do Sul – Países Árabes”.

essa idéia que teve início por impulso do Presidente do Brasil, foi proposta, desde os primeiros momentos, como possibilidade de uma reunião sul-americana e do mundo árabe. Essa idéia é justamente interessante porque, talvez vocês tenham percebido pelo próprio Presidente Lula ou de mim mesmo, quando falo em seu nome, sempre falamos de uma nova geografia econômica e comercial no mundo, o que evidentemente tem muita ressonância política, a qual altera a geopolítica ou a geoeconomia mundial” [...] entretanto, não tinham esses dois mundos ligações concretas e poucas ligações políticas. (Resenha de Política Externa, 2005, 1º semestre, p. 88).

Como é afirmado por Celso Amorim, a ideia da realização da cúpula partiu de Lula. O estreitamento de relação com o Oriente já fazia parte dos planos do presidente desde o início do mandato. A Arábia Saudita por ser um dos mercados mais importantes para o Brasil no Oriente Médio, também participou da cúpula. É importante frisar que centenas de empresário vindos do Oriente Médio, da América do Sul e do Brasil participaram da cúpula, com a intenção de fechar novos negócios com os países do outro lado do mundo, respectivamente. O primeiro encontro da Cúpula América do Sul – Países Árabes aconteceu entre 9 e 11 de maio de 2005, em Brasília (Resenha de Política Externa, 2005, 1º semestre, p. 147-153).

É importante notar que a intenção principal da cúpula, sempre foi a aproximação e expansão comercial entre as duas regiões. O aspecto político, apesar de existente, parece não ter sido a principal motivação da aproximação proposta por Lula.

24 Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4823-reino-da-arabia-saudita>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

25 Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4823-reino-da-arabia-saudita>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

Vamos identificar oportunidades de comércio e investimentos que permitam a nossos países explorar as possibilidades da economia global. [...] Nosso grande desafio é desenhar uma nova geografia econômica e comercial internacional. Podemos traçar novos rumos na busca do desenvolvimento, sem desconsiderar caminhos tradicionais, mas com autonomia, criatividade e ousadia. [...] Não estamos reunidos apenas em busca de vantagens econômicas e comerciais. Defendemos a democratização dos organismos internacionais para que a voz dos países em desenvolvimento seja ouvida. Buscamos um comércio justo e equilibrado, livre de subsídios impostos pelos países ricos e que assegure aos países pobres os benefícios da globalização. (Resenha de Política Externa, 2005, 1º semestre, p. 150).

Lula não deixou de criticar o protecionismo econômico praticado pelos países ricos, que sempre tentam manter o *status quo* da economia, como fala Wallerstein. A iniciativa da realização da cúpula também pode ser pensada com a teoria proposta por Wallerstein, que fala da utilização de outros Estados para alavancar o seu próprio. Com a expansão dos aliados econômicos o Brasil aumenta o seu próprio poder dentro dos Sistemas-Mundo.

A Arábia Saudita e o Irã são inimigos regionais históricos devido à questão sectária do islã, entre sunitas e xiitas respectivamente, além de ambas as nações serem os dois maiores países e por isso potências militares regionais²⁶.

Analisando as exportações brasileiras para a Arábia Saudita, igualmente ao caso do Irã, os valores das exportações, no geral crescem ano a ano. Porém quando são analisadas as posições que cada país ocupou ao longo do último mandato de Lula, exatamente nos quatro anos, Arábia Saudita, na média, esteve melhor ranqueada que o Irã. Os produtos exportados pelo Brasil para o Oriente Médio, são geralmente relacionados ao agronegócio, como açúcar, carne e soja, como é o caso do Irã. Já nos outros quatro anos, foi o Irã que esteve à frente da Arábia Saudita. É bom ressaltar que os quatro anos não foram consecutivos em ambos os casos, porém mostram um padrão de comportamento interessante.

O Brasil exportou mais para o Irã nos primeiros anos do governo Lula, e para a Arábia Saudita nos anos finais. Mas o Brasil manteve uma relação econômica com ambos os países de certa forma inversa. Quando o Irã estava mais afastado politicamente do Brasil, as exportações eram maiores do que quando houve um estreitamento de relações políticas no final do mandato. No caso da Arábia Saudita ocorreu algo inversamente parecido, porém diferente. Nos anos iniciais em que o Brasil era mais próximo politicamente da Arábia Saudita, em 2003, 2004, 2006 e 2007 o Brasil exportou mais para o Irã. Mas, no final do

26 BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_musulmanos_lab>.

Acesso em: 12 jun. 2017.

mandato de Lula, quando o país estava mais próximo tanto do Irã quanto da Arábia Saudita, nos anos de 2005, 2008, 2009 e 2010 o Brasil exportou mais para a Arábia Saudita.

Os dados presentes na tabela de exportação provam a ideia de que o Brasil tinha uma política pragmática para o Oriente Médio. Não existe relação direta entre as exportações brasileiras para a Arábia Saudita e as relações políticas mantidas com este país, como é possível ver abaixo.

Tabela 2 – Exportação brasileira para a Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã, 2003 a 2010.

Ano	Posição	País	Valor em US\$
2003	23 ^a	Arábia Saudita	672.722.445,00
2003	17 ^a	República Islâmica do Irã	869.100.665,00
2004	24 ^a	Arábia Saudita	825.821.862,00
2004	18 ^a	República Islâmica do Irã	1.132.680.560,00
2005	21 ^a	Arábia Saudita	1.203.338.542,00
2005	24 ^a	República Islâmica do Irã	968.467.547,00
2006	21 ^a	Arábia Saudita	1.485.427.453,00
2006	19 ^a	República Islâmica do Irã	1.567.911.983,00
2007	25 ^a	Arábia Saudita	1.478.076.502,00
2007	19 ^a	República Islâmica do Irã	1.837.597.511,00
2008	18 ^a	Arábia Saudita	2.563.557.130,00
2008	38 ^a	República Islâmica do Irã	1.133.379.111,00
2009	19 ^a	Arábia Saudita	1.952.775.781,00
2009	33 ^a	República Islâmica do Irã	1.218.107.183,00
2010	18 ^a	Arábia Saudita	3.098.779.807,00
2010	23 ^a	República Islâmica do Irã	2.120.942.515,00

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulada-do-ano?layout=edit&id=1173>>. Acesso em: 15 mai. 2017. – Fonte relativa ao ano de 2003, exemplo. (Principais países de destino: ordem decrescente de valor)

Esses dados demonstram que o Brasil seguia com fidelidade o discurso diplomático que fazia, mantendo e estreitando as relações Sul-Sul, para subir na hierarquia internacional dos Sistemas-Mundo de forma mais autônoma em relação aos países ricos. Politicamente o país fez e manteve escolhas que obedeciam primeiramente à agenda nacional brasileira, e em segunda instância fortaleceram o grupo dos países do Sul.

Com a Arábia Saudita ainda durante o governo Lula, aconteceu em março de 2009 a 2^a Cúpula América do Sul – Países Árabes em Doha, Catar. Continuando o processo de

estreitamento das relações comerciais e políticas com o Oriente Médio (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 77-79).

Ainda no mesmo movimento de aproximação, Luiz Inácio Lula da Silva se tornou o primeiro presidente brasileiro a visitar a Arábia Saudita em maio de 2009. “Minha visita à Arábia Saudita - a primeira de um Presidente brasileiro - busca dar continuidade a nosso esforço de construir um relacionamento profundo com os países do Oriente Médio” (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 111). É notável a importância política e econômica que se dá à Arábia Saudita na reta final do mandato de Lula. Que explica a relação bilateral durante um discurso realizado na Câmara de Comércio da Arábia Saudita:

A Arábia Saudita é nosso maior parceiro comercial. Nos últimos seis anos houve um crescimento de 450 por cento no fluxo de Balança Comercial entre os dois países. O potencial de nosso relacionamento é muito maior, no entanto. Para alcançar metas mais ambiciosas, Governo e empresários têm de avançar na identificação e aproveitamento de novas oportunidades. Demonstração viva dessa disposição é a expressiva comitiva de empresários que me acompanha. Temos que diversificar nosso comércio ainda concentrado em poucos produtos. (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 111).

Como parte da estratégia brasileira de expansão econômica e aproximação com os países em desenvolvimento, em maio de 2010, Lula por ocasião da realização da 14ª Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do G-15 em Teerã, foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Irã. Também aconteceu o IV Encontro Empresarial Brasil-Irã, durante o mesmo período, na cidade de Teerã, Irã (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 189-191, 439).

Em seus contatos com as autoridades iranianas, o Presidente Lula pretende explorar formas de aprofundar as relações bilaterais, ampliar os fluxos de comércio e de investimento e diversificar a cooperação, em áreas como Turismo, Esportes, Energias renováveis e Agricultura. [...] Os dois lados passarão em revista os principais temas da agenda internacional, em particular as questões do Oriente Médio. O Presidente Lula tratará também do programa nuclear iraniano. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 439).

A aproximação do Brasil com o Oriente Médio, não discriminou os países do islã por serem sunitas ou xiitas ou o posicionamento político adotado por cada um. A Arábia Saudita, inimiga regional do Irã, recebeu aparentemente o mesmo tratamento que foi dado ao Irã. Ambos os países foram tratados de forma pragmática pelo governo brasileiro, que não distinguiu os países pela sua história regional, mas pelo papel que ambos representam no Sistema-Mundo Moderno.

3.4 RELAÇÃO BRASIL – ISRAEL

A relação entre Brasil e Israel data da própria criação deste Estado, em 1947. Em votação feita na Assembleia Geral das Nações Unidas, aonde o Brasil votou favorável à criação do Estado de Israel pela Resolução nº 181(II)²⁷. Em 1949 ambos os países estabelecem relações diplomáticas, com a criação em 1955 de Embaixada israelense no Brasil e em 1958 a criação de Embaixada brasileira em Israel²⁸.

Após o estabelecimento das relações entre os dois países, as relações bilaterais não se intensificaram, se resumindo a visitas ministeriais em ambos os países. Novamente se intensificando a partir do governo Lula, de maneira similar como o que aconteceu com todo o Oriente Médio.

Em dezembro de 2005, foi realizada a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Israel, em Brasília. “Durante a reunião inaugural, ambas as partes deverão examinar a situação dos respectivos entornos regionais, incluindo as perspectivas do cenário político no Oriente Médio, além de passar em revista os principais tópicos do relacionamento bilateral” (Resenha de Política Externa, 2005, 2º semestre, p. 381).

Ainda em dezembro de 2005, Affonso Celso de Ouro-Preto o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, viajou para Israel para participar de tratativas junto com representantes de outras nações, para tratar da paz entre Israel e Palestina.

A visita reflete, também, a disposição do Brasil de contribuir, de forma mais ativa, em conjunto com outros países em desenvolvimento de projeção externa semelhante, para os esforços empreendidos pela comunidade internacional com vistas à retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo ‘Mapa do Caminho para a Paz’. (Resenha de Política Externa, 2005, 2º semestre, p. 397).

Em 2007 aconteceu “o segundo Seminário organizado conjuntamente pelo Brasil e pela Noruega sobre Paz e Reconciliação” (Resenha de Política Externa, 2007, 2º semestre, p. 107). Sobre a questão Israel-Palestina o Brasil se expressou desta forma:

Nos últimos anos, o Brasil fortaleceu suas relações com o mundo árabe. Foi o primeiro país latino-americano a receber status de observador da Liga Árabe. [...] Ao mesmo tempo, valorizamos nossas relações com Israel. Estamos em uma posição

27 ONU. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/2>> - A/RES/181(II) A-B. Acesso em: 17 mai. 2017.

28 Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5267-estado-de-israel>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

singular para dialogar com ambos os lados. O Brasil deseja ampliar sua contribuição para a paz no Oriente Médio. Expressamos a ambas as partes, bem como ao Quarteto, nossa disposição em participar mais ativamente dos esforços internacionais com vistas ao estabelecimento da paz. (Resenha de Política Externa, 2007, 2º semestre, p. 109).

Em janeiro de 2009, Celso Amorim viajou ao Oriente Médio, passando por Israel, Palestina, Síria e Jordânia. “O objetivo da visita é apoiar os esforços para um cessar-fogo imediato, o alívio da situação humanitária e o estabelecimento de uma paz duradoura na região” (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 158).

Em novembro de 2009 o presidente de Israel, Shimon Peres, visitou o Brasil. Na ocasião o presidente Lula, em declaração à imprensa, reforçou as relações israelo-brasileiras que remontam à própria criação de Israel. Lula enfatizou que “a paz e a reconciliação somente serão alcançadas pelo diálogo e pela negociação. Repudiamos todos os atos de terrorismo praticados sob qualquer pretexto, por quem quer que seja” (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 157).

Curiosamente ainda neste mesmo mês de novembro de 2009, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, também visitou o Brasil (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 179). Essa proximidade entre as visitas de ambos os países envolvidos com a questão palestina, demonstra claramente que o Brasil não tem preferências e deseja a paz no Oriente Médio acima de tudo.

No ano de 2010, o presidente Lula foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a viajar para Israel. Na ocasião, além de tratar da questão da paz entre Israel e Palestina, “O Presidente Lula tomará parte no seminário empresarial Brasil-Israel, com a presença de cerca de 70 empresários brasileiros e participará de sessão plenária especial do Parlamento, durante a qual discursará” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 327). Na mesma viagem o presidente Lula ainda passou pela Palestina e pela Jordânia, estreitando relações comerciais e políticas (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 326-327).

Tratando da economia entre Brasil e Israel, “verificou-se um crescente intercâmbio comercial, que atingiu a cifra recorde de US\$ 1,6 bilhão em 2008. Outro marco nas relações bilaterais é o acordo de livre comércio, assinado em 2007, entre o MERCOSUL e Israel, o primeiro do bloco sul-americano com um parceiro extra-regional” (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 240).

De fato os valores das exportações feitas pelo Brasil durante o mandato de Lula, para Israel, cresceram, como as relações comerciais de forma geral, isso pode ser observado na tabela 03. Porém, se a tabela das exportações for analisada separadamente do contexto

político e econômico geral, os valores podem apresentar outra perspectiva sobre a relação Brasil – Israel.

Tabela 03 – Exportação brasileira para o Estado de Israel, 2003 a 2010.

Ano	Posição	País	Valor em US\$
2003	51 ^a	Estado de Israel	187.241.505,00
2004	57 ^a	Estado de Israel	213.423.457,00
2005	58 ^a	Estado de Israel	262.166.166,00
2006	61 ^a	Estado de Israel	271.972.437,00
2007	55 ^a	Estado de Israel	355.751.168,00
2008	56 ^a	Estado de Israel	398.566.381,00
2009	62 ^a	Estado de Israel	270.502.995,00
2010	64 ^a	Estado de Israel	339.539.054,00

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-acumulada-do-ano?layout=edit&id=1173>>. Acesso em: 15 mai. 2017. – Fonte relativa ao ano de 2003, exemplo. (Principais países de destino: ordem decrescente de valor)

Os valores das exportações aumentam, porém, a posição que o Estado Israelense ocupa no ranking, na média, decresce. Isso poderia significar que as relações do Brasil com Israel, de alguma forma estivessem enfraquecendo. Mas na prática ambos os países, ao menos no âmbito político, estavam se aproximando.

Essa relação “inversa” entre política e economia, mostra que o Brasil estava mais envolvido com a política em relação a Israel, do que com o lucro financeiro propriamente dito. Israel se mostrava para o Brasil, muito mais como uma oportunidade de se promover politicamente, crescendo de relevância dentro dos Sistemas-Mundo, através da intermediação de um dos conflitos mais complicados e importantes para o Oriente Médio e para a comunidade internacional, do que como um parceiro comercial indispensável ao crescimento econômico brasileiro.

4 O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO E O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Este capítulo trata especificamente das ações relacionadas à assinatura da Declaração de Teerã em 2010. Foi no final do segundo mandato de Lula que o Brasil se envolveu na mediação de um novo acordo sobre o programa nuclear iraniano, negociando a questão do reabastecimento do reator de pesquisa de Teerã.

4.1 BRASIL E IRÃ – 2009

É a partir de 2009 que as relações políticas entre o Brasil e o Irã começam a se aproximar. Antes disso, em 2007 e 2008, as relações econômicas iniciavam um estreitamento mais enfático, como já vinha acontecendo com outros países do Oriente Médio.

O primeiro grande sinal da aproximação política acontece no primeiro semestre de 2009, quando é o governo brasileiro que convida o presidente iraniano para visitar o Brasil (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 245). A atitude ter partido do lado brasileiro, representa a pró-atividade do Brasil na relação bilateral, buscando uma maior proximidade tanto política quanto econômica, com esta última já em andamento. Prova disso pode ser encontrada na entrevista do Ministro Celso Amorim à revista Carta Capital, aonde ele confirma que o Irã já era um parceiro importante, economicamente, e dá pistas sobre a abordagem política brasileira quando diz: “É pelo diálogo que se pode ter influência sobre os países. Queiram ou não as pessoas, o Irã é um interlocutor importante para a questão do Oriente Médio” (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 320).

O Ministro dá claras pistas de como a diplomacia brasileira estava agindo. Consonante com a teoria de Wallerstein²⁹, quando este diz que um Estado não pode ascender sozinho nos Sistemas-Mundo, o Ministro Celso Amorim dá a entender que o Brasil estaria se aproximando do Irã, ou dos demais, para influenciar estes países, a fim de aumentar a própria importância do Brasil como um país de relevância no cenário internacional. O Ministro ainda reforça essa ideia quando diz que “o Irã é interlocutor importante para a questão do Oriente Médio”, demonstrando que influenciando este país o Brasil estaria interferindo na política regional médio oriental, que possui a atenção de todo o mundo pela sua complexidade e importância.

Sobre a questão do desarmamento nuclear, em 2009 o Brasil reafirmou a sua posição ainda no primeiro semestre, quando expos a sua opinião sobre o teste nuclear norte coreano:

O Governo brasileiro condena veementemente o teste nuclear realizado pela República Democrática e Popular da Coreia (RPDC), hoje, 25 de maio. [...] O Brasil expressa a expectativa de que a RPDC se reintegre, o mais rapidamente possível e como país não nuclearmente armado, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 256-257).

O Brasil retorna a reforçar a ideia do desarmamento nuclear ainda em 29 de maio de 2009 quando diz:

29 WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. 2004, p. 49-58.

O Governo brasileiro acolheu, com satisfação, a aprovação, na tarde de hoje, em Genebra, de programa de trabalho pela Conferência do Desarmamento que permitirá a retomada das atividades da Conferência, paralisadas desde 1996. [...] O Brasil tem a confiança de que a retomada das atividades substantivas no âmbito da Conferência do Desarmamento contribuirá para fortalecer a busca do objetivo de um desarmamento amplo, com vistas à eliminação total das armas nucleares. (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 264-265).

Essas demonstrações de repúdio por parte do Brasil em relação a qualquer tipo de movimento em direção à proliferação de armas nucleares, aparece ao longo de todo o governo Lula. O governo brasileiro defende a “eliminação total das armas nucleares”, como aparece na citação acima, deixando claro que defende o fim desse tipo de arma, independentemente do país que a possua.

O país que possui armas de destruição em massa tem uma vantagem estratégica enorme em relação às nações que não possuem esse tipo de armamento. A diminuição e eliminação desse tipo de arma, portanto, diminuiria as assimetrias de poder dentro das relações interestatais, o que ajudaria um país em desenvolvimento como o Brasil. Confirmando o que Wallerstein fala sobre a manutenção da hegemonia por parte dos países desenvolvidos³⁰, “Enquanto cada um está contra o outro em um suposto jogo de soma-zero, eles têm o interesse comum em manter o sistema interestatal, e o sistema mundial moderno como um todo”³¹ (WALLERSTEIN, 2004, p. 56, tradução nossa).

Portanto, os países nuclearmente armados disputam o poder entre si, mas tendem a manter as relações de poder dos Sistemas-Mundo, por mais que os outros Estados nuclearmente armados temam uns aos outros, eles preferem manter a organização mundial como ela está organizada. Mantendo assim a hegemonia do grupo dominante.

Prova disso é a configuração do Conselho de Segurança da ONU, cuja estrutura é criticada por Lula em diversas ocasiões, e que ainda mantem como membros somente Estados nuclearmente armados. Essa configuração é criticada por diversos países, inclusive o Brasil, por ser pouco representativa, não levando em consideração as opiniões dos países desenvolvidos menos influentes, dos países em desenvolvimento e dos países subdesenvolvidos, nas decisões tomadas pelo conselho.

É no segundo semestre de 2009, então, que se realiza a viagem do recém reeleito presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil.

³⁰ Nem todos os países desenvolvidos possuem armas nucleares.

³¹ “While each is against the other in a sort of putative zero-sum game, they have a common interest in holding together the interstate system, and the modern worldsystem as a whole” (WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. 2004, p. 56).

Em discurso à imprensa durante a visita de Ahmadinejad, o presidente brasileiro externou os principais pontos na relação entre ambos os países, abordando principalmente as questões econômicas e a políticas. Lula aborda todo o potencial comercial que existe nesta relação bilateral e expõe planos de expansão dos laços tecnológicos que pretende intensificar com o Irã. Exaltando também o aumento dos valores nas trocas comerciais acontecido durante o seu mandato entre o Brasil e o Irã.

Ainda sobre a economia, durante a passagem do presidente iraniano pelo Brasil, aconteceu o III Encontro Empresarial Brasil-Irã, no qual o presidente Lula fez um breve discurso no encerramento do evento, reafirmando o potencial de expansão existente nas relações comerciais entre os dois países “Irã e Brasil, embora tenham relações há mais de cem anos, nós nos conhecemos muito pouco e, possivelmente, não tenhamos explorado nem 5% da oportunidade de negócios que existe entre as duas grandes nações” (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 187).

Sobre a política, Lula retorna a afirmar “o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos, com pleno respeito aos acordos internacionais” (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 184). Defendendo também que a não-proliferação e o desarmamento nuclear são essenciais para a paz no Oriente Médio, ressaltando que disse aos presidentes de Israel e da Palestina, que haviam visitado o Brasil pouco tempo antes de Ahmadinejad, que “Defendemos o direito do povo palestino a um Estado viável e a uma vida digna, ao lado de um Estado de Israel seguro e soberano. [...] [e que a solução] exige a incorporação de novos interlocutores genuinamente interessados na paz” (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 184). Lula, além de reforçar o discurso pela paz, ainda deixou claro que acreditava que a sua visita ao Irã, programada para 2010, fortaleceria ainda mais as relações entre os dois países (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 183-185, 187-188).

A visita de Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, feita a partir do convite brasileiro, serviu exatamente àquilo que se propôs, o estreitamento das relações entre o Brasil e o Irã. Foram abordados os temas principais das agendas dos estados modernos, economia e política, aonde o posicionamento diplomático brasileiro do governo Lula foi reforçado, tanto pela intensificação das relações Sul-Sul quanto pela defesa da paz independentemente dos envolvidos no conflito. Assim como já vinha acontecendo com os outros países do Oriente Médio, o Brasil procurou aumentar a sua influência na região para lucrar economicamente e politicamente no cenário internacional.

Como resultado da visita do presidente iraniano, foi disponibilizado um “Comunicado Conjunto”, após o seu término, contendo 17 pontos sobre a visita.

Para as intenções deste trabalho, apenas alguns pontos específicos serão tratados a fim de compreender melhor a relação entre o Brasil e o Irã.

No ponto quatro, ambos os países concordam com a importância da ONU para a paz mundial, e reafirmaram a necessidade de reforma do Conselho de Segurança. Também é interessante a parte final deste item que diz, “O Presidente Ahmadinejad manifestou apoio ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança reformado” (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 394). Essa manifestação do presidente iraniano vai ao encontro do discurso da falta de representatividade do conselho, ideia amplamente defendida pelo Brasil, que pleiteava a reforma e conseqüentemente um assento permanente para si mesmo, podendo agir como um representante do mundo em desenvolvimento, no órgão mais poderoso do ONU. Aumentando a influência brasileira no âmbito internacional.

O ponto cinco fala sobre a necessidade da reforma dos órgãos econômicos internacionais, de forma que esses passem a dar mais poder aos países em desenvolvimento.

No ponto seis aparecem afirmações importantes sobre a questão nuclear iraniana e sobre a segurança internacional:

Os dois dirigentes expressaram seu inabalável repúdio às armas de destruição em massa, em particular às armas nucleares, cuja existência implica uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais e à sobrevivência humana. Reafirmaram, nesse contexto, seu compromisso com o desarmamento e a não-proliferação nuclear e sublinharam a importância de que se tomem medidas práticas no campo do desarmamento [...]. (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 394).

Fica subentendido, aparentemente, que o Irã não tem intenção alguma de utilizar o seu programa de energia nuclear para produzir bombas atômicas, dessa forma concordando com a posição brasileira.

No ponto dez ambos os presidentes expressaram a intenção de intensificar ainda mais as relações econômicas entre o Brasil e o Irã, desenvolvendo mecanismo bilateral para viabilizar a expansão pretendida (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 393-395).

O estreitamento das relações bilaterais de fato parecia partir de ambos os lados, e envolvia questões muito importantes para os dois países. Para o Irã, apoio político de um país ocidental e historicamente comprometido com a paz, como o Brasil, era de muita valia naquele momento. E para o Brasil, expandir as relações Sul-Sul se aproximando de um país

importante economicamente e politicamente para o Oriente Médio, aumentando a influência brasileira na comunidade internacional, corroborava com as diretrizes brasileiras.

O ano de 2009 foi particularmente decisivo para a questão nuclear iraniana. A pressão por parte dos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, sobre o Irã, estava chegando em um ponto decisivo. Em 2008, Barack Obama ganhou as eleições presidenciais nos Estados Unidos, trazendo assim uma nova esperança às tratativas sobre o programa nuclear iraniano. Para Mohamed ElBaradei, então presidente da AIEA³², as esperanças haviam se renovado, já que a administração de George W. Bush (2001-2009) tinha uma abordagem pouco maleável durante as negociações, o que dificultava a resolução da questão iraniana (ELBARADEI, 2011, p. 325).

Existia muita pressão sobre a AIEA em 2009, boatos sobre provas de que o Irã praticava atitudes ilegais com o seu programa nuclear existiam e pressionavam a agência a revelá-los, o que ElBaradei negou. Existiam documentos que não poderiam ter a sua originalidade comprovada, por isso a agência não os divulgou. E eram exatamente os documentos que as nações ocidentais mais interessadas em interferir no programa nuclear iraniano, que estavam sendo tratados como provas cabais da culpa iraniana (ELBARADEI, 2011, p. 328-331).

O Irã não era um país “perseguido” por, principalmente, nações ocidentais, sem motivos para isso. O Irã em diversas ocasiões apresentou resistência à cooperação completa e irrestrita com a AIEA durante inspeções no país. Por exemplo, na página 329, ElBaradei cita a dificuldade de se obter informações sobre o programa de mísseis iraniano, já que o país dizia que tinha medo que informações sobre o programa de desenvolvimento de armas convencionais fosse exposto à comunidade internacional, trazendo assim riscos à segurança nacional do Irã. Eram fatos como esse que alimentavam as especulações sobre as intenções militares do programa nuclear iraniano.

4.1.1 O combustível para o reator de pesquisa

Foi no segundo semestre de 2009, que a situação que levou o Brasil a se envolver na questão nuclear do Irã teve início.

Tudo começou [...], com um pedido de Teerã para que a AIEA ajudasse a obter um novo combustível para seu reator de pesquisa, usado para produzir radioisótopos com finalidade medicinal. [...] O combustível antigo tinha sido importado, mas

32 Agência Internacional de Energia Atômica

agora, com as sanções impostas ao Irã, esse pedido era uma batata quente: embora fosse perfeitamente legal para a agência ajudar um Estado-membro a obter combustível com salvaguardas, o Irã estava violando as resoluções do Comitê de Segurança. (ELBARADEI, 2011, p. 332).

ElBaradei, como o presidente da AIEA, começou a trabalhar na resolução desta questão, que surgiu como uma oportunidade para a retomada das negociações entre o Irã e o Ocidente, que haviam quase parado. Ele foi a principal ponte entre os dois lados da situação. Ao Irã foi feita uma contra proposta conjunta, que partiu dos Estados Unidos e da Rússia, aonde seria utilizado o próprio urânio baixamente enriquecido iraniano, que seria enviado à Rússia e à França, que então produziriam o combustível necessário ao funcionamento do reator de pesquisa iraniano (ELBARADEI, 2011, p. 332-335).

O reabastecimento do reator de pesquisa, na ocasião, foi mais uma oportunidade de se retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano, do que uma questão de grande relevância para a comunidade internacional. O próprio ElBaradei disse que em condições normais essa questão se restringiria à alçada da AIEA, porém existiam sanções que aumentavam a complexidade da questão, e por consequência a sua importância.

Para demonstrar a complexidade da questão, transcreverei a seguir um trecho do livro de ElBaradei aonde ele descreve uma situação de descoberta de instalações secretas iranianas. Os nomes de Bill Burns³³, Bob Einhorn³⁴ e Gary Samore³⁵ aparecem na citação e são explicados nas notas de rodapé, para contextualizar o trecho a seguir.

[ElBaradei] Então mencionei que, no aeroporto internacional de Viena, pouco antes do voo, recebi uma carta criptografada do Irã. Em suma, a mensagem dizia que o país estava construindo outra planta-piloto de enriquecimento de urânio. A informação foi prefaciada por uma estranha declaração de o país exercer defesa passiva e proteger seus recursos humanos. Mostrei a carta a Burns, Eihorn e Samore; Einhorn fez algumas anotações. Um pedido urgente chegou na manhã seguinte: Gustavo Zlavintin, chefe do escritório da AIEA em Nova York, recebera um telefonema de Eihorn solicitando um encontro comigo e Samore naquela noite em meu hotel. Eu [ElBradei] ainda estava sentindo os efeitos do fuso horário e me preparando para a Cúpula, por isso liguei para Eihorn para saber o motivo da visita. Sem preâmbulos, ele disse que sabiam da construção das instalações iranianas havia dois anos. Uma equipe representando as agências de inteligência dos EUA, França, Reino Unido e Israel estava se preparando para ir a Viena passar as informações aos especialistas técnicos da agência. Eihorn achou que ele e Samore deviam me contar o que sabiam antes da reunião do Conselho. Perguntei porque a AIEA não havia sido comunicada antes. Esse era mais um exemplo de sonegação de informação à agência. Eles não tinham certeza quanto à natureza das instalações, o que me pareceu uma desculpa esfarrapada. Suspeitei que estivessem esperando pegar o Irã de surpresa operando as instalações, dando aos Estados Unidos uma desculpa para

33 Subsecretário de Estado, p. 336.

34 Conselheiro especial para controle de armas e não proliferação do Departamento de Estado dos EUA, p. 353.

35 Assessor especial do presidente e coordenador da Casa Branca para o controle de armas e armas de destruição em massa, proliferação e terrorismo, p. 353.

sustentar suas acusações de que o país tinha um programa de armas nucleares. Não gostei nem um pouco. Eihorn e eu concordamos em nos encontrar no dia seguinte, após a reunião do Conselho. (ELBARADEI, 2011, p. 336-337).

Sobre as instalações iranianas, posteriormente ElBaradei descobriu que, segundo o Irã, “Tinham sido criadas como reserva durante a administração Bush, pois a ameaça de um ataque militar a Natanz [outra instalação nuclear] parecia bastante evidente” (ELBARADEI, 2011, p. 337-338).

A citação dá várias pistas sobre o que acontecia nos bastidores da diplomacia que envolvia o programa nuclear iraniano. Primeiro vem o fato de que o Irã estava construindo uma nova usina de enriquecimento de urânio sem comunicar à AIEA, situação que isoladamente já levantaria dúvidas sobre as intenções do país. Dentro do contexto em que se encontrava o Irã, essa ação foi no mínimo ambígua. O segundo fato revelado, também pode ser interpretado como outra traição para com a AIEA. Como se já não fosse estarrecedor o suficiente, o simples fato de que o Irã estivesse omitindo informações, as potências ocidentais, que acusavam o Irã, na melhor das interpretações também estavam omitindo informações importantíssimas sobre o programa nuclear iraniano.

Como se as omissões sozinhas já não bastassem, ElBaradei ainda deixa claro que suspeitou que os Estados Unidos estivessem preparando uma “armadilha” para pegar o Irã no “flagra”, corroborando assim com as suas acusações. Considero esse trecho do livro um dos melhores para demonstrar como a política nuclear é complexa, e lida com questões de disputa de poder dentro do cenário internacional. O Irã teria mentido porque estaria se protegendo de possíveis ataques internacionais, e os Estados Unidos porque “não tinham certeza” sobre as instalações. Claramente o Irã estava tomando precauções para garantir a continuidade do seu programa nuclear sob qualquer cenário, como se a soberania do país dependesse do desenvolvimento desse setor. Já os EUA, estavam esperando a hora certa para “desmascarar” o Irã, como afirma ElBaradei no livro.

Nem os Estados Unidos, e os seus aliados, e nem o Irã estavam isentos de culpa pela situação em que o Irã se encontrava. A dinâmica do equilíbrio de poder dentro dos Sistemas-Mundo, entre quem quer aumentar a sua independência e influência e quem deseja manter a estrutura como ela está organizada, foi exemplificada muito bem por essa situação.

Na esteira dos acontecimentos, ElBaradei conseguiu marcar a realização de uma reunião sobre a proposta da troca do LEU³⁶, pelo combustível do reator de pesquisa iraniano. Nos bastidores muitas propostas e contrapropostas eram feitas pelos dois lados, Irã e Estados

36 Low Enriched Uranium. (Urânio Pouco Enriquecido) – Tradução nossa.

Unidos, aonde sempre procuravam demonstrar que estavam no controle da situação para agradar a política interna. O problema é que isso dificultava muito a resolução da questão. A essa altura, tinham chegado a um impasse sobre a forma de entrega do LEU iraniano para a realização da troca. Várias possibilidades foram levantadas, indo do depósito em um país estrangeiro, como a Turquia, de uma vez só, ou parcelada após o recebimento do combustível. As condições mudaram muitas vezes de forma, e sempre culminavam ou com a não aceitação pelos Estados Unidos ou do Irã, impossibilitando a conclusão do acordo. O LEU a ser transferido se tratava de 1.200 kg (ELBARADEI, 2011, p. 338-351).

Foi nesse contexto que o Brasil se envolveu nas negociações sobre o programa nuclear iraniano. O Brasil chegou até a soltar uma pequena nota, aonde dizia:

O Governo brasileiro expressa satisfação com a realização, em 1º de outubro, em Genebra, de novo encontro de alto nível entre representantes dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e Alemanha com representantes do Irã, a respeito do programa nuclear iraniano. O Brasil considera positiva a disposição construtiva demonstrada por todas as partes e saúda a perspectiva de que o diálogo tenha continuidade. [...] O Brasil reitera que o fortalecimento do diálogo é a única opção viável para o tratamento da questão nuclear iraniana. (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 333).

Infelizmente as negociações acabaram se complicando devido às constantes mudanças de opinião dos países envolvidos, e as conversas não renderam uma solução para a questão do abastecimento do reator de pesquisa iraniano. É nesse contexto que a Turquia e o Brasil se envolvem na questão nuclear iraniana.

4.2 BRASIL E IRÃ – 2010

Já no começo de 2010, na reunião de cúpula da organização “*Global Zero: A World Without Nuclear Weapons*”³⁷, o Ministro Celso Amorim em seu discurso reforçou aquilo que já vinha sendo defendido pelo Brasil durante o governo Lula.

No longo prazo, o TNP só pode sustentar-se caso seus três pilares - desarmamento, não-proliferação e usos pacíficos da energia nuclear - sejam manejados de maneira equilibrada. É vital que não seja negado, a nenhum país, o direito de desenvolver energia nuclear com fins pacíficos, incluído o enriquecimento, desde que de acordo com os requisitos da AIEA. O equilíbrio entre o desarmamento e a não-proliferação é particularmente importante. Quarenta anos após a entrada em vigor do Tratado, os Estados não-nucleares - com uma notável exceção - mantiveram sua promessa de

37 “Global Zero: Um Mundo Sem Armas Nucleares” (Tradução nossa)

não adquirir armas nucleares. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 75).

Se retorna mais uma vez a questão do cumprimento do acordo por parte de todos os envolvidos, e não apenas daqueles que não possuem armas nucleares. Esse tipo de reclamação retrata bem a tendência ao engessamento do sistema internacional descrito por Wallerstein. Os países hegemônicos cobram daqueles menos influentes que cumpram o TNP³⁸, porém não cumprem as suas obrigações relativas ao desarmamento, mantendo a situação de vantagem estratégica que já possuem.

O Ministro, ainda na sequência do texto, reforça a crítica aos países nuclearmente armados.

Se há crise no TNP, é principalmente em função da falta de desarmamento, muito mais do que da tendência à proliferação. Causa particular preocupação o fato de que o desenvolvimento qualitativo de arsenais nucleares não cessou. Novas armas nucleares e seus sistemas de transporte estão sendo projetados. Bilhões de dólares são gastos em programas nucleares militares. A redução de estoques não levará ao verdadeiro desarmamento enquanto continuar a corrida armamentista qualitativa. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 75-76).

Fica ainda mais clara a hipocrisia do desarmamento a partir da fala de Amorim, enfatizando que a quantidade diminui e a “qualidade” aumenta, enquanto discursos sobre a paz são proferidos por estes países sem que haja uma busca efetiva pela diminuição da ameaça atômica no mundo. Amorim ainda complementa: “Enquanto alguns Estados possuírem armas nucleares, outros Estados ficarão tentados a adquiri-las ou desenvolvê-las” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 76). A mensagem é bem simples, somente a existência de bombas atômicas já é suficiente para estimular a criação de outras, em uma forma perigosa de se equilibrar a balança do poder mundial.

Especificamente sobre a situação iraniana, Celso Amorim expressou durante o discurso a opinião brasileira sobre a questão das negociações:

Atualmente, o mundo lida com as supostas implicações militares do programa nuclear iraniano. O Embaixador Pickering³⁹ escreveu, recentemente, artigo acerca do que denominou “miopia tática” na forma como as negociações com o Irã estavam sendo conduzidas. Estou completamente de acordo com seu conteúdo. Acredito, por isso, que a proposta da AIEA, que prevê a troca de urânio enriquecido a 3,5% por combustível para o reator de Teerã, é uma oportunidade que não deveria ser desperdiçada. Não porque irá resolver todas as questões, mas porque tem o potencial de destravar um diálogo extremamente necessário entre o Irã e o Ocidente. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 77).

38 Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

39 Thomas Pickering embaixador estadunidense.

A mensagem deixada pelo Ministro, não deixa dúvidas sobre como o Brasil achava que a questão do programa nuclear iraniano deveria ser abordada. Além de corroborar com a ideia da troca do LEU por combustível, o governo brasileiro também considerava a questão essencial para dar continuidade ao debate entre o Irã e o Ocidente, que estava praticamente interrompido na ocasião.

Na 8ª Conferência de Revisão do TNP em maio de 2010, Celso Amorim voltou a defender os mesmos pontos que havia defendido na Global Zero, sobre a importância da não-proliferação, do desarmamento e do perigo de se utilizar do medo da proliferação para cometer injustiças.

O Brasil está convencido de que a melhor garantia para a não-proliferação é a total eliminação das armas nucleares. [...] A fé na eliminação das armas nucleares em um futuro próximo é o que nos oferece a garantia máxima contra a proliferação nuclear. Não se deve negar o direito a atividades nucleares pacíficas a nenhum país, contanto que tal país aja de acordo com o TNP e com os requisitos da AIEA acordados. As preocupações legítimas com a não-proliferação não devem impedir o exercício do direito a atividades nucleares pacíficas. Isso não diminui a importância de prevenir violações e assegurar que todos os membros do TNP cumpram suas obrigações. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 163-165).

É importante perceber a atitude legalista brasileira, que sempre atrela o direito a energia atômica aos requisitos da AIEA. A partir disso é possível presumir que o Brasil acreditava nas intenções iranianas de utilizar o seu programa nuclear apenas para fins pacíficos.

Ainda em maio de 2010, Lula viajou para o Irã para participar de dois eventos importantes, esta foi a primeira visita de um presidente brasileiro ao Irã. O primeiro evento foi o IV Encontro Empresarial Brasil-Irã, que como nos outros encontros realizados, procurava estreitar as relações comerciais entre os países. O segundo evento era a 14ª Cúpula do G-15, grupo de países em desenvolvimento que procuram a expansão econômica através do aumento das relações Sul-Sul. Também aconteceu um terceiro ato, e mais importante para este trabalho, que foi a assinatura, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, do que ficou conhecida como a “Declaração de Teerã”, sobre a questão do combustível para o reator de pesquisa iraniano (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 189-195, 440).

A Declaração de Teerã foi assinada em 17 de maio de 2010, contendo 10 parágrafos. Os mais importantes serão expostos abaixo.

No parágrafo 5, “[...] a República Islâmica do Irã concorda em depositar 1200 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU) na Turquia. Enquanto estiver na Turquia, esse urânio continuará a ser propriedade do Irã” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 441).

Essa foi exatamente uma das propostas levantadas meses antes durante as negociações diretas entre o Ocidente e o Irã.

No parágrafo 6, “O Irã notificará a AIEA por escrito [...] em até sete dias após a data desta Declaração. [...] [acontecerão] arranjos apropriados entre o Irã e o Grupo de Viena, que se comprometera especificamente a entregar os 120 quilos de combustível necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 441). Assim sendo o Irã entregou uma carta à AIEA em 24 de maio de 2010, como previsto na declaração. O Brasil até fez uma nota expressando a satisfação pelo cumprimento da declaração (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 459).

No parágrafo 7, “Com base no mesmo acordo, o Grupo de Viena deve entregar 120 quilos do combustível requerido para o Reator de Pesquisas de Teerã em não mais que um ano” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 441). Esses compromissos eram plenamente possíveis de serem cumpridos pelos países ocidentais dentro dos termos estabelecidos.

E no parágrafo 8, “Caso as cláusulas desta Declaração não forem respeitadas, a Turquia, mediante solicitação iraniana, devolverá rápida e incondicionalmente o LEU ao Irã” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 441). Resumindo, se o Ocidente não cumprisse a sua parte o acordo seria desfeito imediatamente.

Em resumo, o mesmo acordo desenvolvido meses antes tinha retornado e bastava apenas que os envolvidos fizessem as suas obrigações. Infelizmente, não aconteceu.

Mohamed ElBaradei a esta altura já não era mais o presidente da AIEA, porém como ele tinha participado de grande parte do processo de negociação sobre o combustível para o reator de pesquisa iraniano, ele expressou a sua opinião no livro:

No dia seguinte, porém, em um golpe de mestre de futilidade diplomática, o P5+1 anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma quarta resolução do Conselho de Segurança para ampliar as sanções ao Irã por não ter interrompido seu programa de enriquecimento. Hillary Clinton chamou o acordo para a troca de combustível com a Turquia e o Brasil de “estratagem transparente” do Irã para evitar novas sanções. Fiquei chocado e, para dizer o mínimo, dolorosamente decepcionado. Mais uma vez, como observei em uma entrevista para o Jornal do Brasil, o Ocidente havia se recusado a receber um sim como resposta. (ELBARADEI, 2011, p. 351).

De fato a resposta negativa ao esforço do Brasil da Turquia e do Irã não demorou a chegar. No dia 18 de maio um novo acordo para novas sanções é anunciado. Materializando tudo aquilo que havia se tentado evitar durante todo o processo de negociação.

No dia 24 de maio de 2010, em uma atitude, quase ou completamente simbólica, o Irã entregou a carta, prevista na Declaração de Teerã, notificando a AIEA sobre o acordo firmado entre o Brasil a Turquia e o Irã. “A entrega da carta foi acompanhada pelo Encarregado de Negócios da Missão do Brasil junto à AIEA e pelo representante turco junto à Agência” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 459).

Ainda neste mesmo mês de maio, em Brasília, durante a visita do presidente turco Recep Tayyip Erdogan, Lula reforçou a ideia de que a não efetivação do acordo é um retrocesso.

A Declaração de Teerã constitui oportunidade que não pode ser desperdiçada. Ela não resolve todos os problemas de uma única vez, mas estabelece as condições para o diálogo como o caminho mais eficiente, para superar divergências e construir a confiança em torno de um objetivo exclusivamente pacífico do programa nuclear iraniano. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 217).

Em junho de 2010 aconteceu a votação para a implementação de novas sanções contra o Irã. O Brasil, que na época era membro não permanente no Conselho de Segurança, votou contra a Resolução 1929/2010. A justificativa brasileira se pautou em posições já conhecidas, mas que foram reforçadas novamente.

O Brasil vota contra o projeto de resolução. [...] Estamos votando contra por não vermos as sanções como instrumento eficaz neste caso. As sanções, muito provavelmente, levarão ao sofrimento do povo iraniano e serão usadas por aqueles que, em todos os lados, não desejam a prevalência do diálogo. [...] Também votamos contra porque a adoção de sanções, a esta altura, vai de encontro aos bem-sucedidos esforços do Brasil e da Turquia para engajar o Irã em uma solução negociada para seu programa nuclear. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 472).

O governo brasileiro retornou a dizer que, é apenas pelo diálogo e não com sanções que uma solução pacífica pode ser alcançada na questão iraniana. E também externou que o voto contrário corrobora com os esforços feitos pelo Brasil e pela Turquia. A implementação das novas sanções ignorava as ações turco-brasileiras no sentido de viabilizar o diálogo do Irã com o Ocidente. Outra ideia reforçada pelo governo brasileiro, como justificativa pelo voto contra a Resolução do Conselho de Segurança é citada abaixo. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 472-475).

A Declaração Conjunta nunca teve por objetivo resolver todos os problemas relacionados ao programa nuclear iraniano, assim como a proposta da AIEA. Ao contrário, ela foi concebida como uma medida de construção de confiança, um caminho para discussões mais amplas acerca do assunto. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 474).

O próprio governo brasileiro está assumindo que a questão do combustível para o reator de pesquisa iraniano sempre foi um meio, e nunca um fim para a questão nuclear iraniana como um todo.

Sobre a decisão tomada contra o Irã, Mohamed ElBaradei fez a seguinte análise:

As potências ocidentais não estavam satisfeitas com esses aspectos do acordo, mas para mim era óbvio que poderiam ter facilmente resolvido essas questões nos estágios iniciais da negociação. Era incompreensível e algo ingênuo pedir ao Irã – ou a qualquer país – que desistisse de tudo antes do início das negociações e esperasse uma resposta positiva. Mas uma coisa era a de sempre: nada seria satisfatório, a não ser que o Irã se dispusesse a negociar completamente despedido. (ELBARADEI, 2011, p. 351).

ElBaradei dá a entender que, no momento em que a Declaração de Teerã foi oficializada pelos três países, as ações por parte das potências ocidentais já estariam decididas, independentemente do resultado das negociações brasileiras e turcas com o Irã.

Maria Luiza Ribeiro Viotti⁴⁰, no discurso de explicação sobre o voto contrário às sanções, feito pelo Brasil, cita exatamente a mesma questão: “Também objeto de grave preocupação foi a maneira pela qual os membros permanentes, juntamente com um país que não é membro do Conselho de Segurança, negociaram entre si, por meses e a portas fechadas” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 473). A ideia é exatamente a mesma, de que tudo já estava resolvido (aplicação das sanções) mesmo antes da resposta final iraniana.

Em setembro de 2009, o Ministro Celso Amorim fez o último discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas do governo Lula. No discurso ele faz um apanhado de todo o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, relembrando os principais acontecimentos e reforçando as posições brasileiras nas questões internacionais. Sobre a segurança internacional, o Ministro comentou situações que ocorreram a partir de 2003 e que devem servir de lição para a comunidade internacional.

Quando o Presidente Lula subiu a esta tribuna pela primeira vez, em 2003, o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque. Esperamos que tenhamos aprendido as lições daquele episódio. É preciso rejeitar a fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos. É preciso banir, de uma vez por todas, o uso da força sem amparo no Direito Internacional. Mais do que isso: é fundamental valorizar o diálogo e as soluções pacíficas para as controvérsias. Para alcançarmos um mundo verdadeiramente seguro, é preciso que seja cumprida a promessa da eliminação total das armas nucleares. Cortes unilaterais são bem-vindos, mas insuficientes, sobretudo quando ocorrem em paralelo à modernização dos arsenais atômicos. (Resenha de Política Externa, 2010, 2º semestre, p. 145).

40 Representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas

Mais uma vez, também foi defendida a ideia da reforma do Conselho de Segurança da ONU, juntamente com uma crítica à forma como o conselho conduzia questões importantes, provavelmente fazendo alusão à questão do programa nuclear iraniano e do seu desfecho inconclusivo, ocorrido em maio de 2010.

O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes. Não é possível continuar com métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanentes discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que interessam a toda a Humanidade. (Resenha de Política Externa, 2010, 2º semestre, p. 146).

Como o ato final do governo Lula referente ao Oriente Médio, em dezembro de 2010 o Brasil reconheceu o Estado Palestino nas fronteiras de 1967. Essa atitude demonstra o engajamento político brasileiro com a região e com o discurso de fortalecer as relações Sul-Sul. Além de comunicado oficial brasileiro reforçar a ideia de que a solução de dois Estados é a única solução viável para a paz no entre Israel e Palestina.

A iniciativa é coerente com a disposição histórica do Brasil de contribuir para o processo de paz entre Israel e Palestina, cujas negociações diretas estão neste momento interrompidas, e está em consonância com as resoluções da ONU, que exigem o fim da ocupação dos territórios palestinos e a construção de um Estado independente dentro das fronteiras de 4 de junho de 1967. [...] O Brasil reafirma sua tradicional posição de favorecer um Estado palestino democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, que viva em paz com o Estado de Israel. (Resenha de Política Externa, 2010, 2º semestre, p. 354).

Sobre Israel, o comunicado dizia que: “Paralelamente, nunca foram tão robustas as relações bilaterais com Israel. Os laços entre os dois países têm-se fortalecido ao longo dos anos, em paralelo e sem prejuízo das iniciativas de aproximação com o mundo árabe e muçulmano” (Resenha de Política Externa, 2010, 2º semestre, p. 355). A intenção brasileira era manter contato com o máximo possível de países da região, independentemente das rivalidades regionais. Lembrando novamente o Ministro Celso Amorim, “É pelo diálogo que se pode ter influência sobre os países” (Resenha de Política Externa, 2009, 1º semestre, p. 320) e essa foi exatamente a conduta brasileira durante o governo em relação ao Oriente Médio.

4.3 POBREZA E VIOLÊNCIA

Um aspecto muito comum atualmente é a associação do Oriente Médio com o terrorismo e a violência em geral. Sobre esse assunto, o governo Lula desde o seu princípio teve uma opinião assertiva, que foi evoluindo com o tempo, sendo expressada na retórica do governo ao longo dos anos.

Em 2003 na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”, Lula diz o seguinte sobre a ligação da pobreza e da violência: “[...] não há um elo de causa e efeito entre pobreza e terrorismo. A associação automática entre terrorismo e pobreza pode levar à injusta discriminação contra países em desenvolvimento [...]” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 120). Colocando assim a culpa do terrorismo em uma gama mais ampla de fatores que influenciam a criação da violência. Como “conselho” para a paz ele diz o seguinte: “O terrorismo é sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao terrorismo” (Resenha de Política Externa, 2003, 2º semestre, p. 121).

A partir de 2004 a retórica brasileira parece se alterar um pouco, se comparada àquela de 2003. Em discurso no Conselho de Segurança, Celso Amorim já disse:

[...] desejo insistir sobre a necessidade de desenvolver novas e melhores ferramentas para enfrentar os problemas estruturais que estão na raiz das tensões que conduzem à violência e ao conflito. Pobreza, doença, ausência de oportunidades, desigualdade. Essas são algumas das causas de conflitos [...]. (Resenha de Política Externa, 2004, 2º semestre, p. 103).

Não que a pobreza não apareceu no discurso de Lula, porém agora ela parece ter ganhado mais destaque entre as causas da violência e principalmente do terrorismo no mundo.

Em 2006, no discurso de abertura da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Lula já apresentou uma retórica que colocou a pobreza e a violência quase em uma relação de causa e consequência.

[...] imaginem o que não poderia ser feito em escala global, se o combate à fome e à pobreza fossem, de fato, uma prioridade da comunidade internacional. Onde existe a fome não há esperança, há desolação e dor. A fome alimenta a violência e o fanatismo e um mundo de famintos nunca será um lugar seguro. [...] A guerra jamais trará segurança, a guerra só gera monstros, rancor, a intolerância, o fundamentalismo, a negação destrutiva das atuais hegemonias. É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer. (Resenha de Política Externa, 2006, 2º semestre, p. 137-138).

O presidente afirmava que a falta de condições possibilitou o surgimento da violência, já que uma pessoa sem perspectiva de vida pode ser seduzida por um discurso de ódio mais

facilmente que uma pessoa que possui uma condição de vida melhor. Quem não tem nada a perder pode se apropriar de um discurso fanático e começar a reproduzi-lo, como é um dos poucos elementos significantes que conheceu na vida, pode enxergá-lo como a única opção. Lula ainda diz que a guerra só causa rancor e intolerância, apenas gerando mais riscos desnecessários para o mundo.

Em 2009 através de duas notas o Brasil externalizou o seu repúdio aos atentados terroristas que aconteceram no Iraque e no Irã, assim como expressou solidariedade às famílias das vítimas (Resenha de Política Externa, 2009, 2º semestre, p. 289, 350).

No ano de 2010 aconteceram algumas das mais importantes conferências sobre a segurança nuclear no mundo. Em fevereiro na Global Zero⁴¹, Celso Amorim, em seu discurso, colocou em cheque a ideia do papel das armas nucleares neste século, quando disse, “[...] devemos nos perguntar se as armas nucleares são um meio apropriado de lidar com as ameaças de segurança do século XXI: terrorismo, conflitos interétnicos e crimes cibernéticos” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 74). O Ministro quer dizer que as armas nucleares não servem (e nunca serviram na realidade) para lutar contra o terrorismo ou qualquer atividade não relativa à Guerra Fria. Amorim ainda indaga sobre a situação atual das armas nucleares: “É sensato esperar por uma grande crise de segurança - ou mesmo uma grande crise nuclear - para dar os passos necessários para a progressiva eliminação das armas nucleares?” (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 74).

Durante a Cúpula de Segurança Nuclear em abril de 2010, Lula reforçou a posição brasileira de se opor a qualquer tipo de terrorismo nuclear.

O Brasil está comprometido com ações nacionais e internacionais para combater o terrorismo nuclear. Qualquer ato terrorista, praticado sob qualquer pretexto, é condenado de forma veemente pelo Brasil. O repúdio ao terrorismo é um dos dez princípios constitucionais que regem nossas relações internacionais. (Resenha de Política Externa, 2010, 1º semestre, p. 123).

Já no segundo semestre de 2010, aconteceu em Nova York o último grande compromisso do ano e do mandato de Lula relativo ao terrorismo. Novamente a ideia de desenvolvimento humano é colocada em oposição às origens do terrorismo: “Violência e intolerância tem raízes em um ambiente de injustiças sociais, políticas, econômicas e culturais de longa data. Desenvolvimento social e econômico – acompanhados de uma atmosfera de respeito pelo outro – são o melhor antídoto para o terrorismo”.⁴² (Resenha de Política Externa,

41 Global Zero: A World Without Nuclear Weapons.

42 *Violence and intolerance take root in an environment of longstanding social, political, economic and cultural injustices. Social and economic development - accompanied by an atmosphere of respect for the other - is the*

2010, 2º semestre, p. 151, tradução nossa). Celso Amorim, que faz o discurso, ainda lembra a crescente preocupação na comunidade internacional, de que grupos terroristas tenham acesso a armas nucleares, e que a melhor forma de evitar isso é através do desarmamento (Resenha de Política Externa, 2010, 2º semestre, p. 151-152).

Analisando a retórica do governo Lula sobre a questão da pobreza e da violência, é possível identificar que o discurso de modo geral não se alterou muito ao longo dos anos. A pobreza sempre foi apontada, de uma forma ou de outra, como uma das condições primordiais para a expansão da violência e especificamente do terrorismo. A questão da falta de perspectiva na vida das populações mais desprotegidas, que vivem em condição de párias àquilo que são consideradas condições básicas ao desenvolvimento humano, é o ponto principal do discurso brasileiro em relação à pobreza e a violência.

Internamente Lula criou programas assistencialistas para os mais pobres assim que assumiu a presidência, sendo o Programa Bolsa Família o maior e mais famoso expoente dessa política nacional. “O Programa se estende para as regiões metropolitanas, onde pobreza, desemprego, exclusão e violência geram situações de conflito e desagregação social” (Resenha de Política Externa, 2004, 1º semestre, p. 26). O discurso diplomático brasileiro sobre a pobreza e a violência, encontrava forte coerência com aquilo que era feito para combater esses problemas dentro do Brasil, demonstrando que para o governo a solução era universal.

Sem as desigualdades tão grandes dos Sistemas-Mundo, dificilmente existiria tanta pobreza e violência, estando a imagem desta última, fortemente ligada aos grupos extremistas muçulmanos, que segundo a visão brasileira são os frutos da desigualdade mundial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram abordados todos os aspectos mais relevantes do comportamento diplomático brasileiro, acontecidos durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No primeiro capítulo foi mostrado qual era o relacionamento do Estado brasileiro com a energia nuclear. Foi possível saber que a temática nuclear sempre teve um caráter muito nacionalista para o Brasil, sendo considerada uma questão estratégica por diversos governos civis ou militares. A questão da autonomia e do desenvolvimento nacional nuclear, com frequência, aparecia como um assunto indispensável à nação.

best antidote to terrorism. (Resenha de Política Externa, 2010, 2º semestre, p. 151)

Partindo desse posicionamento histórico brasileiro, é mais fácil compreender qual era o país que Lula assumiu em 2003. Um ponto central que guiou todo o governo Lula foi a intensificação das relações Sul-Sul, que já tinha começado no governo de Fernando Henrique Cardoso e que se intensificou no período Lula.

Dentro dos Sistemas-Mundo, o Brasil tomou a escolha de fortalecer o bloco de países em desenvolvimento, para que juntos esses países pudessem fazer frente aos países hegemônicos, que como diz Wallerstein, até podem ter as suas diferenças, mas tendem a manter o *status quo* do sistema internacional.

Nesse intento de estreitar ainda mais as relações com os países do Sul, Lula não tardou em começar a se aproximar dos estados do Oriente Médio através de iniciativas como a “Cúpula América do Sul – Países Árabes”, para aumentar as relações comerciais entre ambas as regiões. Aparentemente esse movimento brasileiro vai de encontro com as hipóteses deste trabalho, porém a realidade não é exatamente como se presume. Essa primeira aproximação com o Oriente Médio se dá com os países árabes que tem uma relação complicada com o Irã. Principalmente a Arábia Saudita, que é o maior adversário iraniano na região, somente se equiparando com Israel nas desavenças com o vizinho persa, que em um primeiro momento tem mais atenção política do Brasil.

Esse fato mostra que no começo do mandato, o Irã estava fora dos planos brasileiros na seara política. Apesar de ocupar uma posição de relevância na balança comercial brasileira, entre os 20 países que mais importavam do Brasil, não existia um envolvimento mais extenso entre ambos.

Outro aspecto relevante foi o engajamento brasileiro na defesa da necessidade de reforma nos órgãos da ONU, principalmente no Conselho de Segurança. Este conselho tem um poder muito grande na decisão de questões relativas à segurança internacional, e como Lula e Amorim argumentaram em várias ocasiões, não possui a representatividade que deveria. É claro que o fato do governo brasileiro criticar a falta de representatividade do órgão, ao mesmo tempo em que se colocava como um aspirante a ocupar um assento permanente por ocasião de uma reforma, não é coincidência. A realidade é bem simples, os países que participam do Conselho de Segurança de forma permanente possuem uma vantagem política indiscutível, se comparada àqueles países, como é o caso do Brasil, que chegam a participar como membros não permanentes.

O interesse político brasileiro em ascender na escala da relevância internacional, através da contraposição entre um bloco de países em desenvolvimento, do qual o Brasil

buscou ser um representante, e um bloco de países desenvolvidos, que gostariam de continuar sendo hegemônicos, foi latente.

A aproximação política com o Irã acontece já no segundo mandato de Lula, ao mesmo tempo em que o Brasil estava estreitando a relação com o Oriente Médio como um todo. Não existia nada que ligasse o Brasil e o Irã politicamente. Existia apenas a relação econômica, que foi alvo de intensas ações de aproximação pelo governo brasileiro nos últimos anos do governo de Lula.

A situação do Irã, como foi exposto no trabalho, não era confortável. Desde o início dos anos 2000 o país sofria com sanções devido as suspeitas que rondavam o seu programa nuclear. O relato de Mohamed ElBaradei explica bem os bastidores dessa questão. Os Estados Unidos, principalmente na administração Bush, trabalhou para isolar o Irã da comunidade internacional.

O Irã acabou corroborando com as intenções estadunidenses, quando dificultava as operações de fiscalização da AIEA nas suas instalações nucleares. Dando motivos para o quadro politicamente complicado de 2009 e 2010. Tudo relacionado ao uso de materiais nucleares é complicado por diversos motivos, que vão do político ao de segurança. Os danos que esses materiais podem causar, através da contaminação radioativa, são evitados em todas as circunstâncias.

A questão principal motivadora do envolvimento brasileiro na questão nuclear iraniana, é composta de dois elementos. O primeiro diz respeito à posição adotada durante o governo Lula, de reforçar o grupo dos países em desenvolvimento, buscando mais independência tanto política quanto econômica dos países ricos. O segundo se refere à oportunidade que surgiu de aumentar a exposição do Brasil no meio internacional, defendendo o direito do Irã a utilizar a energia nuclear para fins pacíficos.

Ambos os elementos puderam se unir perfeitamente. Defender o direito legítimo de um país em desenvolvimento, depois de anos criticando as desigualdades no sistema internacional, através da negociação de um acordo secundário, porém importante, era uma oportunidade que Lula não deixaria passar.

Apesar das exportações brasileiras para o Irã estarem aumentando ao final do mandato de Lula, o Irã caiu no ranking das exportações, após a crise financeira de 2008. Diferentemente, por exemplo, da situação da Arábia Saudita, que no mesmo período estava subindo no ranking. Tentar justificar a intervenção brasileira se baseando apenas na questão comercial não se sustenta. O Brasil fazia negócios com praticamente todos os países do

Oriente Médio, e o Irã apesar de ser um importante parceiro comercial na região, não era indispensável ao Brasil.

Foi através dos relatos de ElBaradei, sobre o envolvimento dos Estados Unidos e os seus aliados na situação, que percebi que o Brasil só poderia ter se envolvido com o Irã, um país do Oriente Médio, muçulmano e politicamente desacreditado pelo Ocidente, em razão do projeto político nacional brasileiro.

Para apostar na “inocência” do Irã, o Brasil deveria de alguma forma, ter muita convicção de que o Irã não possuía um projeto de desenvolvimento de armas nucleares. Caso o Brasil defendesse o Irã publicamente, e posteriormente viesse à tona que o Irã de fato estava desenvolvendo bombas nucleares, o Brasil teria o seu discernimento absolutamente duvidado e desacreditado. O país seria, na melhor das hipóteses, taxado de inocente por ter acreditado no Irã. Até agora isso ainda não se concretizou, porém o risco é sempre grande quando se depende de terceiros.

Para o Brasil, a declaração serviu como se fosse uma vitrine, expondo a incansável defesa do diálogo entre as nações como sendo a única opção possível para a resolução de contenciosos internacionais.

É visível que o Brasil não se arriscou tanto por não saber com o que estava lidando, mas sim por adotar a postura de se expor a um risco calculado. Ele apenas se utilizou de uma situação que apareceu no final de 2009, se aproveitando dela para cumprir a sua própria agenda nacional. O voto contrário, no Conselho de Segurança, às novas sanções contra o Irã, serviu como um último ato simbólico do governo Lula, que buscou desde o princípio elevar o Brasil à condição de grande ator internacional, através da defesa das relações Sul-Sul e das reformas nos órgãos internacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francine Soares de. **Quatro Décadas de Tênuo Relacionamento entre Irã e EUA e sua Importância para as Relações Internacionais**. Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2008.

ELBARADEI, Mohamed. **A era da ilusão: a diplomacia nuclear em tempos traiçoeiros**. São Paulo, Leya, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 406-409, 465-468.

FERNANDES, Fernanda de Moura. **No núcleo do átomo: os usos da energia nuclear e a inserção internacional do Brasil (1946-1985)**. Brasília – DF, Universidade de Brasília, 2015.

HOLAND, Carla Andréia Ronconi. **A Política do Governo Lula (2003-2010) Para o Oriente Médio: Precedentes, Avanços e Retomadas**. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

ITAMARATY. [Resenha de Política Exterior do Brasil]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/resenha-de-politica-exterior-do-brasil?lang=pt-BR>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Noites Tropicais: o Brasil e a nova era da não proliferação e do desarmamento nucleares (2003-2010)**. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 20, Nº 43: 43-57 OUT. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2003]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1173>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2004]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1174>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2005]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1175>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2006]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1176>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2007]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1177>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2008]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1178>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2009]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1179>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Exportação Brasileira 2010]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1180>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul**. UFSC, Rev. Bras. Polít. Int. 41 (1): 5-23 [1998].

PATTI, Carlo. **Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010)**. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (2): 178-197 [2010].

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A Política Nuclear Brasileira e as Relações Internacionais (1946-57)**. UPF, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Luis Felipe Sposito de; CARMO, Corival A. do. **A política nuclear brasileira e a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1964-1998)**. Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente • Vol. XI, Nº. 12, Ano 2008 • p. 387-416.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VOIGT, Márcio Roberto. **A Análise dos Sistemas-Mundo e a Política Internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais**. Textos de Economia, Florianópolis, v.10, n.2, p.101-118, jul./dez. 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Londres, Duke University Press, 2004.

FONTES

BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1310.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1246.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos. Disponível em:

<http://www.ibeipr.com.br/perguntas_ver.php?id_pergunta=5>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5248-republica-islamica-do-ira>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5267-estado-de-israel>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4823-reino-da-arabia-saudita>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2006.shtml>> - S/RES/1737 (2006). Acesso em: 17 mai. 2017.

ONU. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/2>> - A/RES/181(II) A-B. Acesso em: 17 mai. 2017.

Resoluções do Conselho de Segurança. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2002.shtml> - S/RES/1441 (2002)> Acesso em: 30 mai. 2017.

Resoluções do Conselho de Segurança. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2006.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2017.